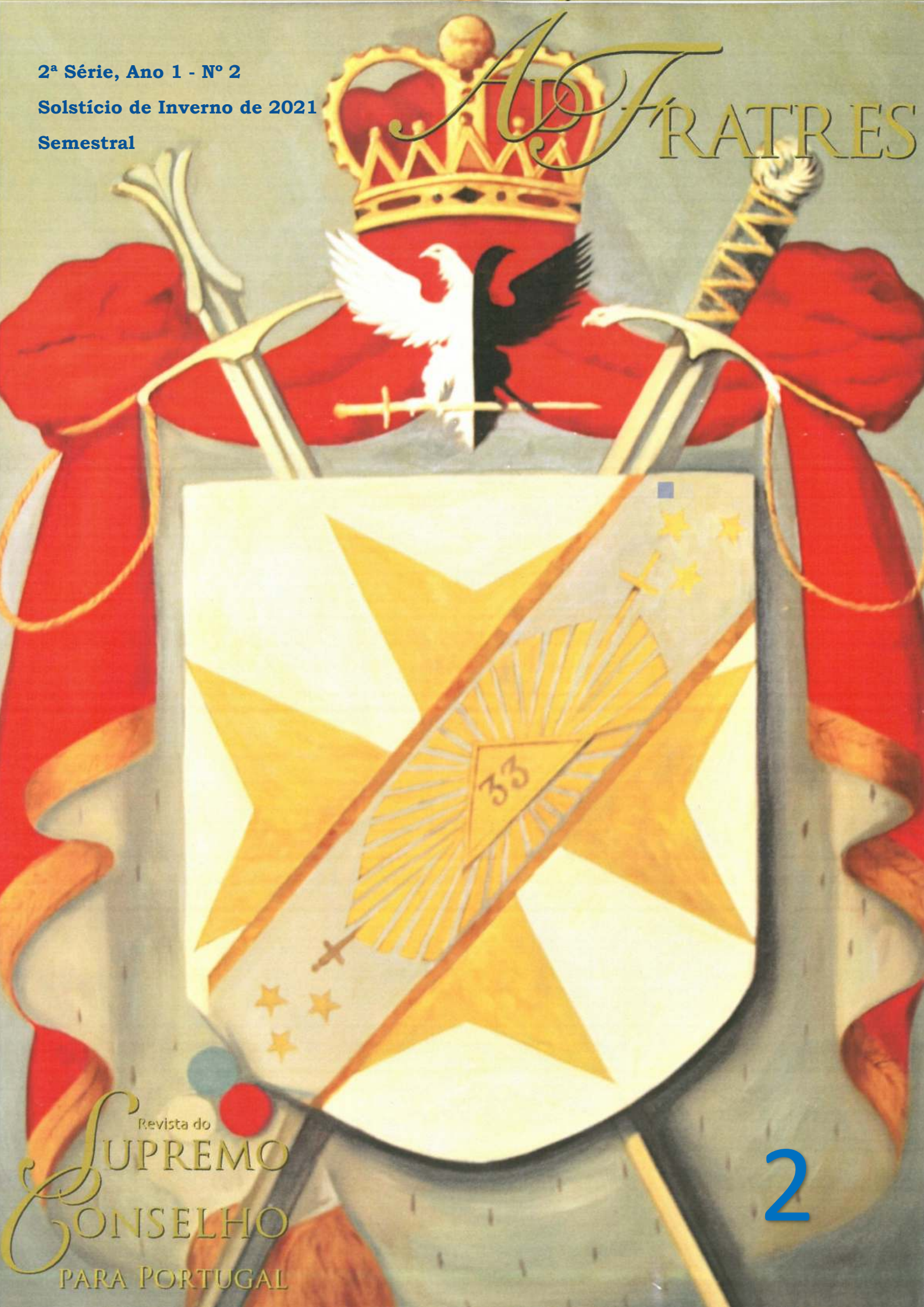


2ª Série, Ano 1 - Nº 2

Solstício de Inverno de 2021

Semestral

ADFRATRES



Revista do  
SUPREMO  
& CONSELHO  
PARA PORTUGAL

2

The image shows the interior of a grand, vaulted hall. The walls are covered in light-colored, square tiles. Four large, dark-framed windows with multiple panes are arranged in a 2x2 grid. Each window is set within a decorative, arched niche. In the center of the wall, between the windows, is a large, ornate coat of arms featuring a crown and a shield with the text 'ANNO DE 1752'. The floor is also tiled, with a central area of larger, lighter tiles.

**Ficha Técnica**

**Revista Digital Semestral**

**Propriedade: Associação Cultural Albert Pike**

**Direcção Editorial: António Balcão Vicente**

**Sede: Rua João Saraiva, 34, 1º**

**1700-250 Lisboa**

**[adfratres@seg33.pt](mailto:adfratres@seg33.pt)**

**2ª Série, Ano 1, Nº 2 (Solstício de Inverno)**

## INDICE

Editorial	4
A obrigação de declaração da qualidade de Maçon	5
A Baixa Pombalina, a Maçonaria e as Regras de Desenho Gregas e Greco-Romanas	14
Justiça versus Vingança	27
<i>Justitia</i> (Equidade)	32
Para além dos sinais	37
5ª Sinfonia de Beethoven em Dó Menor	42
A Ode à Alegria	44
Em jeito de Diálogo	47
Será que o Maçon pode mudar?	51
Da perfeição expressa em serviço... à reconstrução do Templo, discretamente	54
A Mónada e a Magnificência dos Números	58
Leituras	78



## EDITORIAL

Chegados ao Solstício de Inverno, quando celebramos o renascer da Luz, garantida pela perenidade do *Sol Invictus*, importa reforçar a nossa armadura com a Esperança que sempre deve presidir aos nossos trabalhos.

Que ela seja a *Stela Maris* no firmamento dos que lutam contra a pandemia que insiste em atingir-nos.

Ai do que roubar a chama da Esperança! *Desgraçado da-quele que a extinguir!*

É, pois, confiantes que encaramos os desafios que se apresentam no início de mais um ciclo solar, alicerçados no trabalho realizado e na protecção do G.: A.: D.: U.:

Nas vossas mãos colocamos o nº 2 da 2ª Série da *Ad Fratres*, lembrando que o seu conteúdo, sem prejuízo da publicação de temas mais aprofundados de estudo, reflectirá, essencialmente, tal como na 1ª Série, a actividade desenvolvida nos corpos subordinados com a apresentação de balaústres que responsabilizam exclusivamente os seus autores, incluindo os que, por reserva compreensível, preferem manter-se no anonimato.

*António Vicente, 33º*

## A obrigação de declaração da qualidade de Maçon

### 1. O preconceito

Vivemos um tempo de ataque à liberdade de convicção, de associação e à reserva da vida privada dos Maçons.

Não é uma novidade.

Desde o advento da Maçonaria especulativa moderna, em 1717, com a criação da Grande Loja Unida de Inglaterra, têm sido vários e bem conhecidos e documentados os ataques à Maçonaria e aos seus membros, pelo que me dispensarei de os referir, salvo quando tal se mostrar necessário à compreensão da presente exposição.

Agora, pela iniciativa do PAN (Partido Pessoas-Animais-Natureza), mas com apoio, tácito ou expresso, de outras forças políticas, tentou impor-se aos Maçons que declarassem tal qualidade, quando desempenham determinados cargos públicos.

Dessa iniciativa acabou por ser aprovada uma norma que impõe, aos detentores de cargos políticos, altos cargos públicos e magistrados, a apresentação de declaração dos seus rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos, devendo dessa declaração constar, ainda, a “... *filiação, participação ou desempenho de quaisquer funções em quaisquer entidades de natureza associativa, exercidas nos últimos três anos ou a exercer cumulativamente com*

*o mandato, desde que essa menção não seja suscetível de revelar dados constitucionalmente protegidos como sejam os relativos à saúde, orientação sexual, filiação sindical ou convicções religiosas ou políticas, casos em que tal menção é meramente facultativa. ... (1)*

Essa iniciativa tinha declaradamente a intenção de obrigar os Maçons a declararem-se como tal, porque “... *não é concebível que os titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, sob quem impendem deveres especiais de transparência, continuem a não ter incentivos autónomos para declarar a sua filiação em organizações que têm regras de funcionamento marcadas por uma forte opacidade, por um grande secretismo e que apelam a fortes laços de hierarquia e solidariedade entre os seus membros. ...*”, para combater a “... *opacidade em relação à filiação em organizações que, pela sua estrutura e funcionamento, pudessem minar a independência do titular de cargo político e alto cargo público e colidir com sua imparcialidade. ...*” (Declaração de motivos do PROJETO DE LEI N.º 169/XIV/1.ª).

Infelizmente, esta iniciativa teve um entusiástico apoio da Associação Sindical do Juízes Portugueses, da qual sou sócio, que “... *aprovou, em 2009 no seu 8.º Congresso, um Compromisso Ético dos Juízes Portugueses que estabelecia perentoriamente que «o juiz não integra organizações que exijam aos aderentes a prestação de promessas de fidelidade ou que, pelo seu secretismo, não assegurem a plena transparência sobre a participação dos associados».* ...” (2) que, no seu parecer relativo a *processuais ...*” parecer relativo a *processuais ...*” e que o Conselho Superior da Magistratura deve tornar obrigatória a

a declaração de pertença a tais organizações.

Mas não basta dizer, em abstracto, que a pertença à Maçonaria põe em causa a imparcialidade, a probidade e a

tos qualquer base factual de que a pertença a tais organizações ponha em causa tais valores, pelo menos, em medida superior à da pertença a outras organizações, por exemplo religiosas, partidárias ou desportivas. Que promessas de fidelidade e que secretismo são esses que se invocam e que vão para além do comum das restantes organizações humanas?

Ou será que os membros das congregações religiosas, ou dos partidos, ou os associados e simpatizantes do mesmo clube de futebol não têm pactos de fidelidade e de auxílio mútuo, e são obrigados a revelar a sua pertença, e a de outros, a essas organizações?

Uma vez que faltam os factos, só sobra o preconceito.

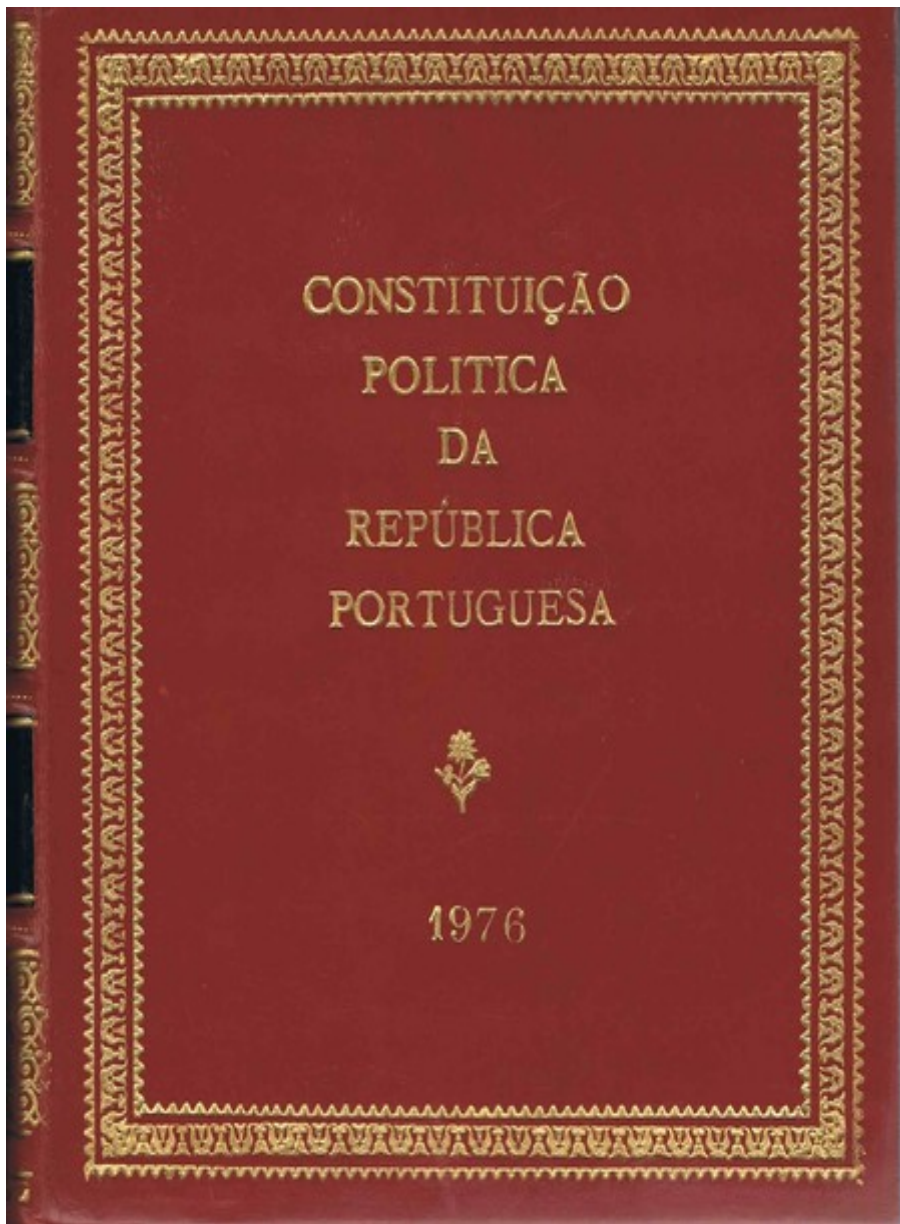
Mas vamos a alguns factos.

Os Maçons, membros da Grande Loja Regular de Portugal, regem-se, para além doutros de igual valor, pelos seguintes princípios:

“A Maçonaria é uma fraternidade iniciática que tem por fundamento tradicional a fé em Deus, Grande Arquitecto do Universo.

A Maçonaria visa, também, a elevação moral da Humanidade inteira, através do aperfeiçoamento moral dos seus membros.

A Maçonaria impõe a todos os seus membros o respeito das opiniões e crenças de cada um. Ela proíbe-lhes no seu seio toda a discussão ou controvérsia,



honestidade no desempenho de cargos públicos, é preciso demonstrar factos que levem a tal conclusão.

Seria, aliás, muito fácil, para além do mais, por pesquisa na internet, ou pedindo essa informação às organizações (o que não se refere que tenha sido feito), obter informação sobre os valores e compromissos da Maçonaria.

Ora, não vemos em nenhum destes tex-

política ou religiosa. *É um centro permanente de união fraterna, onde reina a tolerante e frutuosa harmonia entre os homens, que sem ela seriam estranhos uns aos outros.*

Os Maçons cultivam nas suas Lojas o amor da Pátria, a submissão às leis e o respeito pela Autoridade constituída. *Consideram o trabalho como o dever primordial do ser humano e honram-no sob todas as formas.*

Os Maçons devem-se mutuamente, ajuda e protecção fraternal, mesmo no fim da sua vida. *Praticam a arte de conservar em todas as circunstâncias a calma e o equilíbrio indispensáveis a um perfeito controle de si próprio. ...”<sup>3</sup>*

É verdade que tudo o que diz respeito às práticas rituais iniciáticas é reservado aos Maçons, não podendo ser revelado a terceiros, mas a confissão dos crentes Católicos não é também reservada?

Também é verdade que não podemos revelar a identidade dos nossos Irmãos, salvo com o consentimento destes, mas os partidos políticos e as confissões religiosas têm que revelar a identidade dos seus membros?

É verdade, que prometemos amar os nossos Irmãos, socorrê-los e ir em seu auxílio, mas também é verdade, que somos instruídos de que o cumprimento das obrigações dos Maçons não pode contrariar as leis do Estado, nem as conveniências sociais, nem as suas obrigações familiares nem religiosas.

Estes são factos que não vi analisados, muito menos desmentidos.

Como dizia Fernando Pessoa, a propósito do projecto do que veio a chamar-

se a Lei Cabral (A Lei n.º 1901, de 21/05/ 1935) (4), que ilegalizou a Maçonaria, “... Não faço, creio, ofensa ao sr. José Cabral em supor que, com a maioria dos anti-maçons, o autor deste projecto é totalmente desconhecedor do assunto Maçonaria.

Creio não errar ao presumir que o sr. José Cabral supõe que a Maçonaria é uma associação secreta. Não é. A Maçonaria é uma Ordem secreta ou, com plena propriedade, uma Ordem iniciática.

...

A Ordem Maçónica é secreta por uma razão directa e derivada – a mesma razão por que eram secretos os Mistérios antigos, incluindo os dos primitivos cristãos, que se reuniam em segredo, para louvar a Deus, no que hoje se chamariam Lojas ou Capítulos, e que, para se distinguir dos profanos, tinham fórmulas de reconhecimento – toques, ou palavras de passe, ou o que quer que fosse, por esse motivo os romanos lhes chamavam ateus, inimigos da sociedade e inimigos do Império – precisamente os mesmos termos com que hoje os maçons são brindados pelos sequazes da Igreja Romana, filha, talvez ilegítima, daquela maçonaria remota. ...” (5).

**Os Maçons cultivam nas suas Lojas o amor da Pátria, a submissão às leis e o respeito pela Autoridade constituída. Consideram o trabalho como o dever primordial do ser humano e honram-no sob todas as formas.**

A leitura deste artigo de Fernando Pessoa ajudaria muito os que, bem intencionados, têm reservas quanto à Maçonaria.

Já aos mal intencionados, isto é, aos que, demagogicamente, atacam a Maçonaria para conseguirem ganhos se-

lo (7), etc...

Essa identificação foi seguida pela prisão e eliminação em massa desses grupos humanos.

Também hoje, não parecendo ser isso que está em causa, a identificação pública dos Maçons criaria as condições objectivas para a sua discriminação, se não mesmo, se se verificasse a oportunidade, para a sua perseguição.

Por isso, o Prof. José Adelino Maltez disse, em entrevista, que só se sentiu à vontade para assumir a sua qualidade de Maçon depois de atingir o topo da carreira académica, por receio de ser prejudicado nessa carreira.

### 3. A Ineficácia

Como afirma a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), no parecer que adiante citaremos, essa obrigação de identificação é ineficaz, pela inverificabilidade da exactidão das informações declaradas.

Além disso, para que a identificação de um juiz como Maçon tivesse alguma eficácia, em termos de prevenir favorecimento dos seus irmãos, seria necessário que todos os intervenientes nos proces-

sos distribuídos a esse juiz, advogados, funcionários judiciais, partes, testemunhas, peritos, etc., fossem também obrigados a declaram-se como tal, o que ainda não foi defendido e seria impraticável.

O mesmo para a identificação como Maçons dos titulares de cargos políticos e outros caros públicos: para que essa identificação tivesse eficácia, seria necessário que todos os que com eles



cundários, nada ajudaria, porque não querem ser ajudados nem esclarecidos.

### 2. A Perigosidade

Uma das formas de perseguição dos Nazis aos Judeus, Maçons, Comunistas e outros proscritos naquela Alemanha, era a obrigatoriedade de identificação pública dessas qualidades, pelo uso de uma Estrela de David (6), de um Triângulo



interagem, no acesso e no desempenho de tais cargos, fossem também obrigados a declarem a sua qualidade de Maçons.

Isto é, uma tal obrigação de identificação nada acrescenta em termos de transparência no exercício dos cargos públicos, nem de prevenção da corrupção, salvo se fosse obrigatório que todos os Maçons ostentassem, permanentemente, a identificação de tal qualidade, usando, por exemplo, um triângulo vermelho.

Portanto, a obrigação de identificação pública dos Maçons só poderia ter por função a devassa das vidas destas pessoas e cerceamento das suas liberdades de associação e de consciência, sendo que, no caso dos magistrados, tal acarretaria, necessariamente, uma diminuição da sua autoridade pública e, portanto, da sua capacidade de aplicar a lei e fazer justiça.

#### **4. A Inconstitucionalidade**

A obrigação de declaração de pertença à Maçonaria seria uma violação dos direitos constitucionais à reserva da vida privada, ao direito de protecção legal contra todas as formas de discriminação (art.º 26º/1<sup>8</sup> da Constituição), à liberdade de consciência (art.º 41º/1/2<sup>9</sup> da Constituição) e à liberdade de associação (art.º 46º/1<sup>10</sup> da Constituição), na medida em que uma tal obrigação im-



plicaria a revelação de convicções íntimas (desde logo, a fé em Deus), a abertura das portas à discriminação, atentos os preconceitos em voga, e levaria à compressão da liberdade de associação, por receio de discriminação.

Como já vimos, não estão demonstrados quaisquer factos donde se possa concluir que os membros da Maçonaria, por esse facto, ponham os interesses desta acima dos interesses do Estado democrático de direito e da sociedade em geral e, por isso, seria sempre injustificada a limitação àqueles direitos.

E seria também desproporcional, porque, como também já vimos, não haveria ganhos de transparência, nem de prevenção da corrupção, que justificassem aquela compressão de direitos constitucionais.

Como afirma a Comissão da Liberdade Religiosa, no Parecer enviado à Assembleia da República, "... *Seja como for o que a Constituição, isso sim, expressamente proíbe, é que qualquer pessoa seja perguntada sobre as suas convicções e prática religiosa. Esta proibição visa criar uma zona de ausência de qualquer pressão sobre o sujeito em questão. Bem se compreende que assim seja, e isso, claro, independentemente do carácter facultativo ou obrigatório da resposta. A tentativa de assegurar a conformidade da iniciativa legislativa com a Constituição referindo que a pergunta é de resposta facultativa ou que a resposta pode ser meramente "negativa" é de uma total improcedên-*

cia e, salvo o devido respeito, chega a ser surpreendente que se tenha pensado que tal poderia ser uma solução. A nor-

brigatória “positiva” ou “negativa”.

E se isto é inequívoco pela letra da norma, ao mesmo resultado se chega

considerando o seu objectivo (a sua ratio), já acima referido: criar uma zona de total ausência de pressão sobre o sujeito em questão que o pudesse levar a revelar, contra a sua vontade, as suas convicções ou prática religiosa. Ora pensando nos cargos que estão em causa mesmo que a resposta a uma tal pergunta seja apresentada como facultativa, as regras da experiência comum levam a concluir que a sua simples existência irá criar uma distinção, entre os que eventualmente responderem, e os que não responderem, sendo que em relação a estes últimos, dir-se-á que não são “transparentes” e criar-se-á uma atmosfera de suspeição e de pressão tendente à revelação, que seria sempre inaceitável,

mesmo que não existisse a norma expressa do artigo 41.º n.º 3, da Constituição, e que é ainda mais inaceitável perante a sua existência. De facto, ninguém seriamente poderá negar que essa distinção, e a correspondente atmosfera de suspeição, que se criariam, seri-

ma constitucional não prevê esta distinção, e separa claramente, como se viu, os dois comportamentos: perguntar, e penalizar alguém por se recusar a responder. A simples pergunta é proibida e por isso, é proibida seja qual for o seu estatuto, de resposta facultativa ou o-



*am sem dúvida um prejuízo que essas pessoas sofreriam por se recusarem a responder - ou seja, violar-se-ia, quer a proibição de fazer a pergunta, quer a proibição de prejudicar alguém por se recusar a responder.*

*Por fim, dúvidas se colocam, mesmo, sobre o próprio carácter geral e abstracto (exigido pelo artigo 18.º n.º 3, da CRP) da norma restritiva proposta, já que a leitura da respectiva exposição de motivos revela, apesar de algumas tentativas de o escamotear, uma preocupação essencial com duas organizações: uma delas, aparece nomeada nove vezes (quatro no corpo do texto e cinco em notas de rodapé) na Exposição de Motivos; e outra, duas vezes. A Exposição de Motivos chega a referir: «(...) ainda que as organizações maçónicas e a prelatura da opus dei sejam das organizações abrangidas pela disposição que propomos aquelas que em Portugal têm o maior peso e protagonismo (...). Deste modo, a Exposição de Motivos da iniciativa vai ao ponto de tentar fazer, ela própria, a subsunção de duas organizações concretas ao conceito que propõe, suscitando fortes dúvidas, repete-se sobre o carácter geral e abstracto do regime proposto.*

## **Conclusão**

*Por todas as razões indicadas, é entender da Comissão que a iniciativa legislativa do Projecto de Lei viola, de forma inequívoca diversas normas da Constituição da República Portuguesa, com maior destaque para o artigo 41.º, n.º 3 da Lei Fundamental. ...“.*

Também a CNPD, no Parecer que enviou à Assembleia da República, se pronunciou pela inconstitucionalidade desta obrigação declarativa: “... 29. Com os fundamentos supra expostos, a CNPD entende que o Projeto de lei:

*i. Prevê um tratamento de dados pessoais especialmente protegidos, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da CRP e do artigo 9.º do RGPD, o qual não se revela adequado ou idóneo à prossecução da finalidade de garantir a independência e imparcialidade dos titulares dos cargos políticos e altos cargos públicos pela in verificabilidade da exatidão das informações declaradas, representando uma medida que, em nome da aparente transparência pública, restringe os direitos fundamentais ao respeito pela vida privada e à proteção dos dados pessoais em violação do princípio da proporcionalidade;*

*ii. Em especial, quando permite a «menção, ainda que negativa, à filiação ou ligação com as associações ou organizações que exijam aos seus aderentes a prestação de promessas de fidelidade ou que, pelo seu secretismo, não assegurem a plena transparência sobre a participação dos seus associados, importa um elevado risco de discriminação para os titulares que, no gozo da faculdade reconhecida pelo Projeto de Lei, optem por não preencher este campo na declaração, transformando a aparente liberdade ou faculdade declarativa numa necessidade de facto de declaração para prevenir juízos e tratamentos discriminatórios;*

*iii. A Proposta de Substituição prevê, com cariz obrigatório, um tratamento de dados pessoais que, por se estender*

*a qualquer ligação com qualquer entidade de natureza associativa, é suscetível de expor a vida privada dos titulares em termos que permitem inclusive revelar a sua regular localização e os seus hábitos, sem que essa atividade ou ligação a uma associação releve direta ou indiretamente, em termos de potencial condicionamento, para o exercício independente e isento das respetivas funções públicas, constituindo uma medida restritiva desnecessária e excessiva dos direitos fundamentais ao respeito pela vida privada e à proteção dos dados pessoais. ...”*

Por outro lado, o direito convencional de que Portugal é parte, isto é, as convenções internacionais que Portugal assinou, está hierarquicamente abaixo da Constituição, mas acima das restantes leis nacionais (princípio da prevalência do direito internacional, consagrado no artigo 8º da Constituição da República Portuguesa).

Por isso, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem sobrepõe-se, na ordem jurídica nacional, a toda a legislação ordinária.

Ora o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem já decidiu que constitui uma interferência injustificada nos seus direitos de liberdade de associação, violadora dos art.ºs 11º e 14º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a obrigação de os candidatos a funcionários públicos de uma região de Itália declararem a sua pertença à Maçonaria (Sentença da Câmara: Grande Oriente D'Italia di Palazzo Giustiniani v Itália (nº 2) (Requerimento nº 26740/02)).

Aliás, ninguém põe em causa ser in-

constitucional qualquer obrigação de se declarar membro ou simpatizante de qualquer partido político.

Eu entendo que, pelas mesmas razões, também é inconstitucional a obrigação de declarar a pertença à Maçonaria, mas se assim não fosse, bastaria que esta se constituísse como um partido político, digamos, o “Partido Maçónico”, para que deixasse de ser obrigatória essa obrigação.

Portanto, a obrigação de declaração de pertença à Maçonaria seria preconceituosa, inconstitucional, violadora da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, perigosa e ineficaz.

## ***5. Conclusão: a não assunção da qualidade de Maçon***

Assim, pelo menos por agora, não revelo publicamente a minha qualidade de Maçon, porque essa obrigação ou “faculdade” é preconceituosa, inconstitucional, violadora da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, perigosa e ineficaz, e, muito provavelmente, atentos os enormes preconceito e má vontade contra a Maçonaria, uma tal revelação implicaria uma diminuição da minha autoridade pública como juiz e, portanto, da minha capacidade de aplicar a lei e fazer justiça.



## Notas:

1) - Art.º 13º/2-e) da Lei n.º 58/2021 de 18/08.

2) - Importa realçar que os congressos da ASJP não têm poder decisório, que pertence à Assembleia Geral, nos termos do art.º 14º dos Estatutos da ASJP.

3 — Que veio a ser revogada em 07/11/1974, pelo Decreto-Lei n.º 594/74, de 07/11.

4 — Artigo “Associações Secretas”, publicado no Diário de Lisboa, em 04/02/1935.

5—Os Judeus.

6—Vermelho, para comunistas, social-democratas, liberais, anarquistas e maçons (Katz "Jews and Freemasons in Europe". The Encyclopedia of the Holocaust. Ed. Israel Gutman. ISBN 978-0-02-897166-7)

7—“1 - **A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.**”

8—“1 - **A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.**

**2 - Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.”**

9—“1 - Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.”

**2 - Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.”**

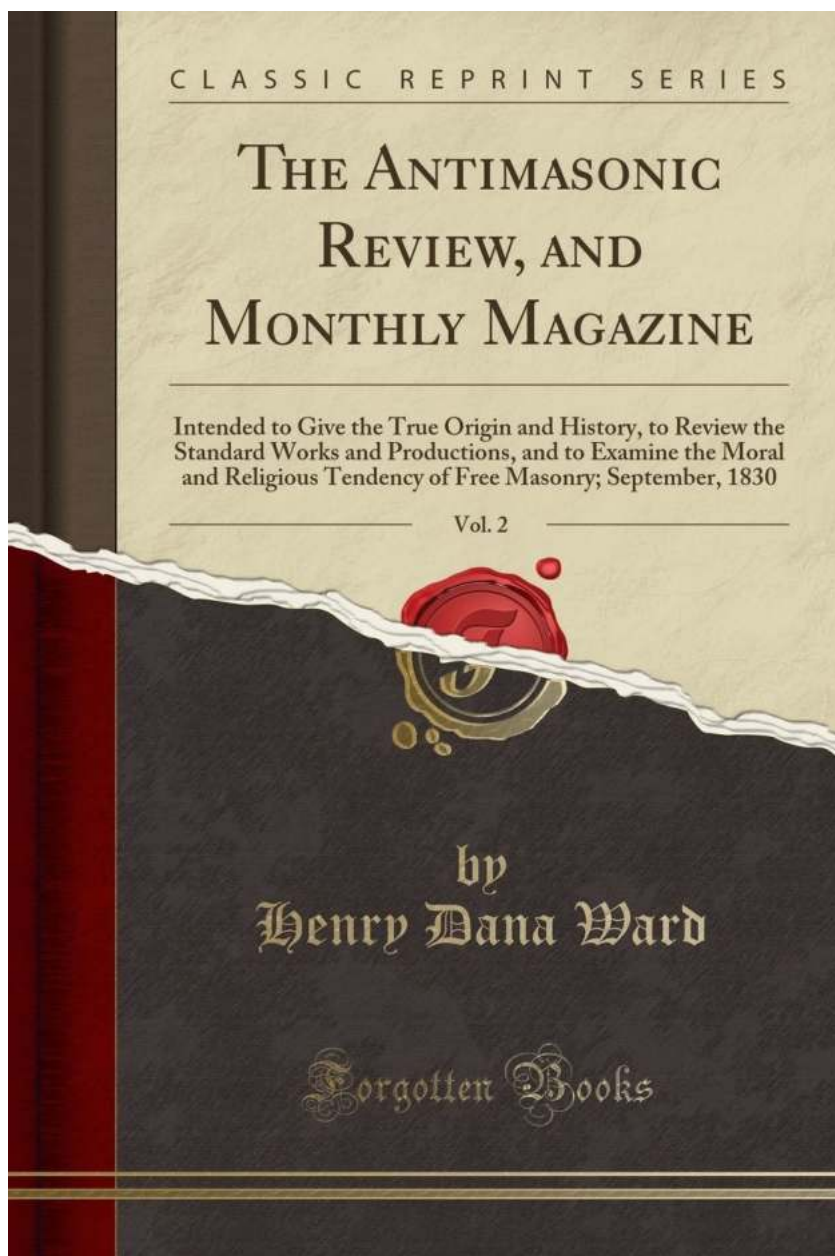
10—“1 - Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os

*respectivos fins não sejam contrários à lei penal.”*

Lisboa, Novembro de 2021

*J. G. C. M.*

*Juiz e Mestre Maçon*



# A Baixa Pombalina, a Maçonaria e as Regras de Desenho Gregas e Greco-Romanas



A Zona Central da cidade de Lisboa, também conhecida como Baixa Pombalina, nasce de um esforço de reconstrução, a partir do Terremoto, a que se seguiram um Maremoto e um Incêndio Devastadores, isto em 1755. A cidade era muito pobre, (o Rei era Rico) e a destruição foi muito violenta, uma vez que as casas, construídas de madeira, adobe e pedras, não resistiram ao triplo choque

O número de mortes foi difícil de calcular, mas ainda assim contaram-se mais de 90.000 numa população de 275.000 habitantes e nunca se contaram os que ficaram para sempre debaixo dos escombros dos edifícios... além daqueles que o Tejo levou...e isto só em Lisboa! Algumas igrejas construídas em pedra e de muito bons cimentos, quer dizer,

construídas por bons arquitectos, engenheiros e Maçons Regulares não resistiram em parte, como a própria catedral-Sé de Lisboa e a Igreja de S. Domingos, uma das mais procuradas pelos devotos ricos da época por estar em pleno Centro – o Rossio.

1- A Maçonaria nasce, como se sabe, no século XIV, em Inglaterra, a partir dos Maçons construtores das Catedrais que sentem necessidade de manter os seus segredos bem guardados... de os transmitir e partilhar apenas com os seus aprendizes e companheiros... uma forma de manter a qualidade do trabalho e assegurar-lhes um emprego longe dos campos agrícolas...

Naquele tempo havia uma enorme concentração de Catedrais naquele país, o que constitui a base da explicação para a aparição deste tipo de organização

Profissional e Humana ali, e não aqui, por exemplo...

2- A partir de 1425 e na sequência de um decreto de Henrique VI, foram limitados os seus direitos de associação e reunião... O que fez com que numerosos segredos das CATEDRAIS e REGRAS GEOMÉTRICAS e MATEMÁTICAS tivessem sido escondidos e só mais tarde, com a abertura das suas lojas aos profanos poderosos, a Maçonaria, pôde contribuir para o aprofundamento da ciência e da cultura... partilhando os

seus conhecimentos e segredos, embora apenas na “Loja”... mas necessariamente mais aberta...

A universidade vem ajudar a perpetuar alguns desses conhecimentos, mas não todos...

Por volta de 1600, os Maçons “aceites” ou Maçons “especulativos” superavam, com naturalidade o número de Maçons iniciados dado o seu peso económico e social, ficando em minoria os Maçons genuínos... Os que cortaram a “Pedra



Planta para a Baixa de Lisboa elaborada por Eugénio dos Santos, em 1756. Observa-se a sobreposição das vias antigas (linhas castanhas) sobre o novo plano com quarteirões rectangulares .

Bruta” e fizeram deste trabalho pesado e poeirento o seu modo de vida.

Bastaram 50 anos para que os especulativos sentissem necessidade de superar o voluntarismo militante das Lojas e que, para tal, tentassem organizar um conjunto de regras e normas que lhes dessem estrutura... ao ritual... Estávamos no ano de 1723, quando surgem as Constituições de Anderson... (o nome do homem que as compilou...).

Havia, no entanto, antecedentes que os especulativos com acesso mais fácil à cultura conventual e de sacristia vieram a conhecer como era o caso dos Estatutos de Bolonha de 1246, e os Estatutos de Estrasburgo de 1563.

Em Portugal a Maçonaria viria a implantar-se apenas no século XVIII principalmente pela mão de residentes estrangeiros, que com ela haviam contactado (tal como com Rosa Crucianos ou *Illuminatti*) e depois ou concomitantemente por Portugueses estrangeirados.



A Maçonaria, entretanto, mantém-se num limbo até 1614 (!) quando aparece uma Ordem Germânica denominada Rosa Cruz, cujo símbolo é o “Summum



THE  
CONSTITUTIONS  
OF THE  
**FREE-MASONS.**

CONTAINING THE  
*History, Charges, Regulations, &c.*  
of that most Ancient and Right  
Worshipful **FRATERNITY.**

For the Use of the **LODGES.**



LONDON:

Printed by WILLIAM HUNTER, for JOHN SENEX at the *Globe*,  
and JOHN HOOKE at the *Flower-de-luce* over-against *St. Dunstan's Church*, in *Fleet-street*.

In the Year of Maſonry ——— 5723  
*Anno Domini* ——— 1723

268. a. 31



Bonum”. e data de 1629!

Este símbolo é constituído por uma Rosa de 5 pétalas colocada no centro de uma “Cruz”... E tem como lema: *“Qui arcana revelat mortem querit”*.

*“Aquele que revela os segredos procura a morte”* era a máxima Rosa Cruciana.

Esta era uma Ordem claramente protestante, mas que se integrava no Espírito Maçónico reinante porque também impõe o SILÊNCIO.

É Johann Valentim André (1586-1654) (amigo de Lutero) quem encarna o espírito das ideias Rosa- Cruzes cuja formulação simbólica acaba por consolidar-se numa cruz de S. André com 4 rosas nos ângulos...

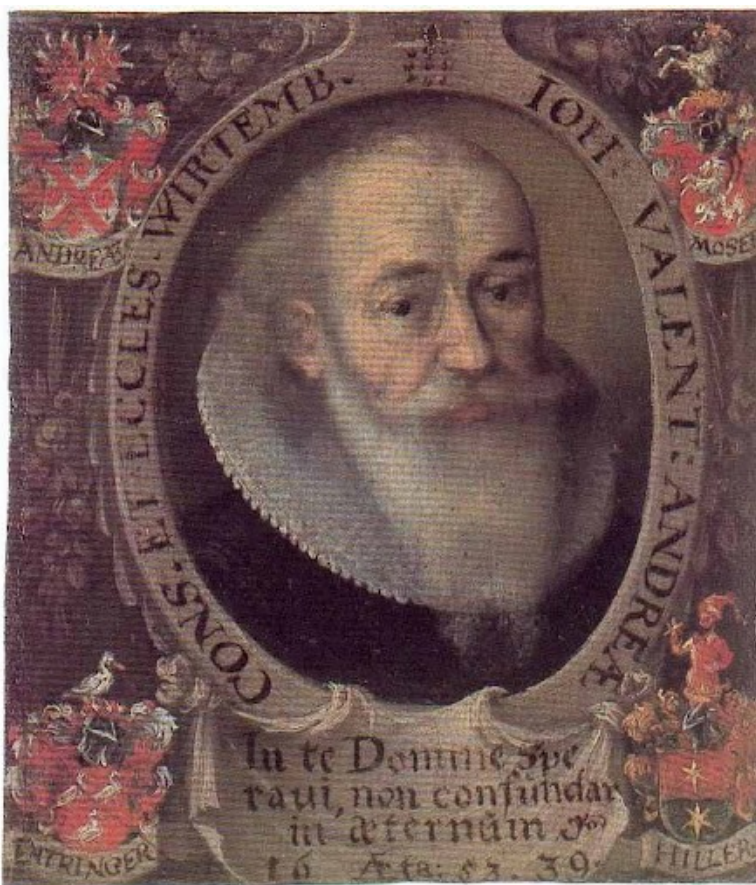
É aqui que a Maçonaria vai buscar a ideia de dar à Rosa uma simbologia particular: por exemplo, quando morre um irmão, na sua tumba ou túmulo são colocadas “três rosas de São João” que significam “Luz, Amor e Vida”.



***“Aquele que revela os segredos procura a morte”***



É pois de um contexto protestante e Central Europeu (Viena e Baviera ) que derivam as ideias que virão enformar a reconstrução da cidade.



## O CENTRO DE LISBOA

### A BAIXA POMBALINA E A MAÇONARIA

São estas ideias provenientes da Europa Central que estarão na base do que podemos designar como "Iluminismo Português". São ideias que vêm das mãos do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, que havia sido iniciado na Maçonaria de Viena pelo próprio imperador e Grão-Mestre, Franz de Lorena, com o qual também tinha uma proximidade familiar reforçada pelo facto de ser Embaixador em Viena.

Ao regressar a Lisboa, o Marquês de Pombal, com o desejo de tomar o poder, organiza a primeira loja maçónica chamada "Fénix" e vai ocupar o trono de Salomão ... sendo o seu primeiro Venerável.

Juntamente com o Marquês, surgem, de imediato, alguns Maçons com aptidão para a Arquitectura e a Engenharia, tendo alguns deles vindo na sua própria comitiva.



Franz de Lorena

Entre eles destacou-se o magiar **Martell Károly**, conhecido entre nós por **Carlos Mardel**. Maçon pertencente à Casa Real dos Pedreiros Livres da Lusitânia, engenheiro militar, arquitecto e urbanista, vem para Portugal em 1733 com a patente de Capitão Engenheiro. Em 1747 será promovido a Coronel e nomeado Arquitecto dos Paços Reais, cargo que exercerá até morrer, em



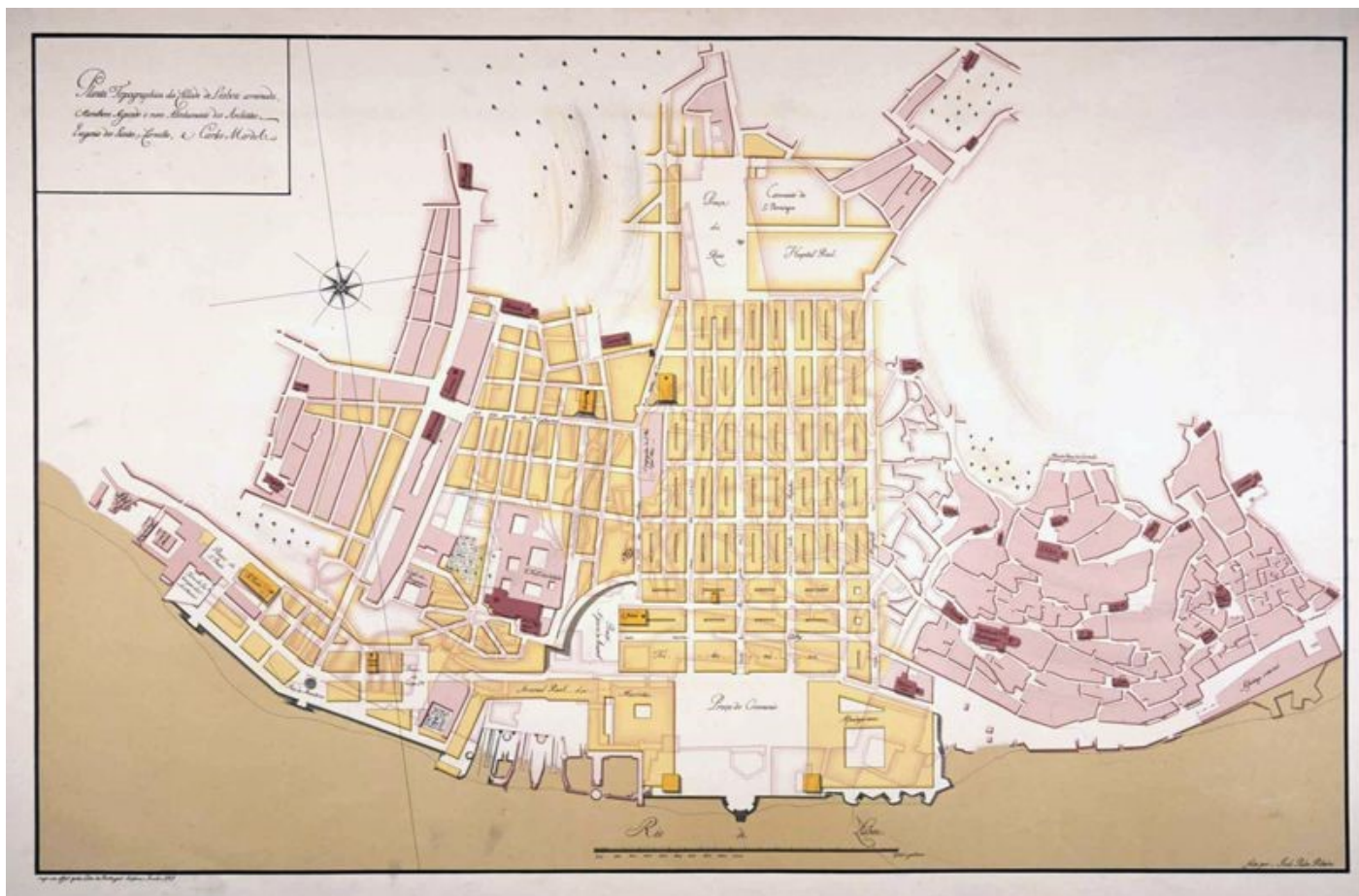
1763. Um dos responsáveis pela construção do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, do Aqueduto das Águas Livres e da Mãe de Água, em Lisboa, foi contemporâneo de Eugénio dos Santos, com quem trabalhou na obra do Mosteiro de S. Bento, sendo um dos principais arquitectos responsáveis pela reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755.

**Eugénio dos Santos**, natural de Aljubarrota, onde nasceu em 1711 oriundo de uma família de pedreiros e construtores, estudou na Aula de Fortificações e Arquitectura Militar. Discípulo e homem de confiança de Manuel da Maia, foi o responsável pelo desenho do Hospital das Termas de Caldas da Rainha, pelas obras do Paço da Ribeira e do Arsenal e pelo desenho da Praça do Comércio e do Arco da Rua Augusta.



Eugénio dos Santos

**Manuel da Maia**, nascido em Lisboa em 1667, foi nomeado Engenheiro-Mor do Reino no ano anterior ao terramoto.





Monumento a Manuel da Maia na Mãe de Água, em Lisboa

**Estes Maçons tinham também conhecimentos de Hidráulica já que conseguiram desviar as duas ribeiras que desaguavam no Tejo e cruzavam a cidade, as ribeiras de Arroios e de Vale do Pereiro que, em princípio, impediam a reconstrução do centro da Cidade, ainda que sobre estacas como veio a suceder...**

Professor da Aula de Fortificações, foi o responsável pelas obras de fortificação na Beira, em Lisboa, Estremoz e Abrantes.

Com Eugénio dos Santos foi responsável pela obra do Aqueduto das Águas Livres.

Já com 75 anos de idade e como Guarda-Mor da Torre do Tombo, cujo espólio salvou no terramoto, coube-lhe toda a coordenação da reconstrução da cidade de Lisboa, sendo o responsável pela escolha do projecto de Eugénio dos Santos.



## ILLUMINATI, ESTRANGEIRADOS E ROSA CRUCIANOS

Os estrangeirados Portugueses que viviam na Europa Central, entre os quais se destacava Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, não podiam, de modo algum, fugir a tamanha influência da classe culta. Eis por que, ao regressar a Lisboa, traz consigo alguém que lhe podia ser útil, primeiro por ser Maçon e segundo por ser um Arquitecto e Engenheiro de grande saber, que dominava a geometria clássica, o já referido Carlos Mardel (Martell Károly), a quem se juntam Eugénio dos Santos e Manuel da Maia, ambos pertencentes à Loja Fénix e residentes em Portugal.

Com a superior capacidade técnica e artística destes Maçons, foi possível fazer um traçado regular, (algo que, todavia, não era totalmente novo em Portugal, pois já, no tempo de D. Manuel I, havia sido urbanizado o antigo Bairro Alto com esse tipo de traçado...), dotando a cidade de ruas práticas ainda que humildes em termos de largura e humildes também em relação à dimensão das casas.

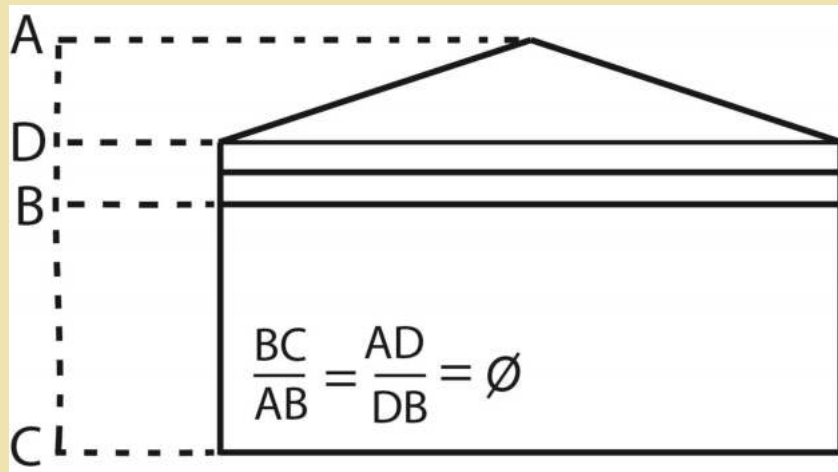
Por tudo isto, a Cidade tinha que ser obrigatoriamente ordenada segundo princípios Maçónicos, mas também segundo a tradição das Cidades Romanas e Greco-Romanas que eram estruturadas segundo dois eixos, o *Cardo* (eixo norte/sul) e o *Decomanus* (eixo este/oeste), marcando bem o NORTE; o SUL o ORIENTE e o OCIDENTE.

Mas, cedo se verificou que não era possível respeitar rigorosamente esta orientação Norte, Sul, Este, Oeste (Orientações de implantação dos Templos Maçónicos) devido à pressão e pro-

ximidade da colina do Castelo de S. Jorge.

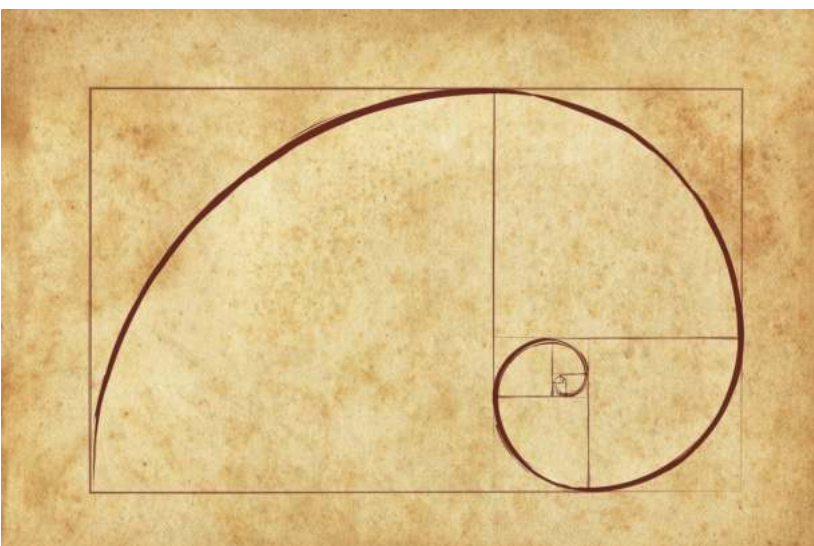
Assim que os arquitectos e engenheiros portugueses se sentiram obrigados a fazer uma proposta culta de “rotação” dos eixos, nada melhor que fazer apelo à Geometria Clássica Grega!

De facto os arquitectos gregos que desenharam e construíram o Partenon, como Fídias, eram matemáticos com uma clara noção das proporções e das relações geométricas. Daí que o Partenon seja o resultado do conhecimento concreto do Rectângulo de Ouro.



### Partenon

Este rectângulo, com todas as suas implicações, permitiu a Pitágoras formular o seu conhecido Teorema e, anos mais tarde, este mesmo Rectângulo de Ouro, permitiu ao matemático Fibonacci utilizar o número de ouro para criar a sua célebre série 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233, 377... que tomou o seu nome, e chegar à construção matemática da espiral que se encontra no mundo natural: no crescimento das folhas das plantas, nos búzios do mar e que se observa também no aspecto das galáxias.



Este rectângulo, com todas as suas implicações, permitiu a Pitágoras formular o seu conhecido Teorema e, anos mais tarde, este mesmo Rectângulo de Ouro, permitiu ao matemático Fibonacci utilizar o número de ouro para criar a sua célebre série 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233, 377... que tomou o seu nome, e chegar à construção matemática da espiral que se encontra no mundo natural: no crescimento das folhas das plantas, nos búzios do mar e que se observa também no aspecto das galáxias.

Assim se, pode dizer que o traçado Pombalino foi influenciado pela geometria greco-romana e, em especial, pelo 16º do ângulo do frontão do Partenon! Deste modo faz-se a união entre a geometria clássica e a cultura oitocentista e assim se convenceu Franz de Lorena, o Grão Mestre de toda a Maçonaria, que o novo traçado era de facto, um traçado Maçónico.

Por ele, a Lisboa Moderna começa com a reconstrução da Área Central depois do Terramoto e de acordo com o conceito de Arte Real; Simbolismo Oculto, Geometria Sagrada e Alquimia.

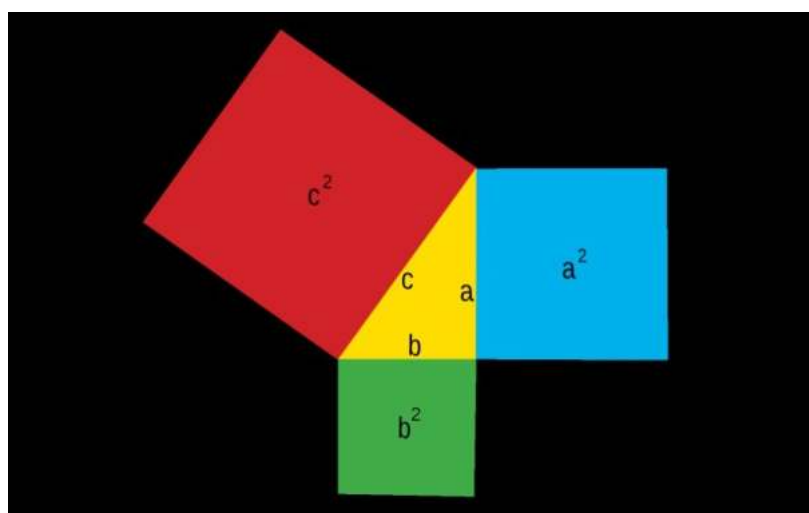
E são várias as "marcas" Maçónicas que os construtores do Marquês de Pombal deixaram na Cidade!

**Como temos visto, a Baixa de Lisboa, como é conhecida esta área, foi reconstruída com base no rectângulo de Ouro e no número de Ouro: 1,618033989**

### CAIS DAS COLUNAS

Para quem entrava por mar, a entrada no "Grande Templo" fazia-se pelo Cais das Colunas. Colunas estas tão queridas à simbologia maçónica e que aqui poderão representar as colunas do Templo de Salomão, as Colunas B e J, Boaz e Joaquim respectivamente.

As duas colunas sintetizam as duas polaridades de rigor e misericórdia, de força e beleza. A coluna B significa a força e a coluna J a estabilidade.



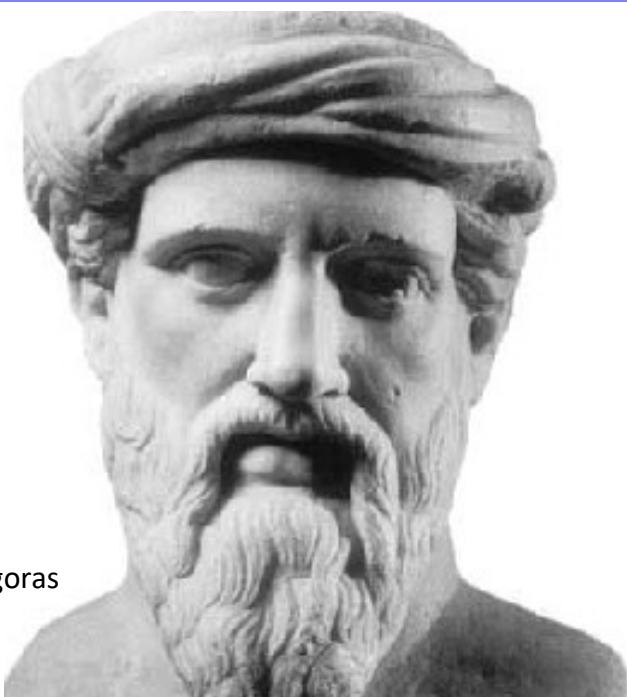
A coluna, como é sabido, é um dos elementos fundamentais da arquitectura, assegurando a solidez e a estabilidade de suporte do edifício.



Existem diversas referências que consideram as Colunas B e J como uma representação das colunas antediluvianas construídas para salvar os aspectos essenciais da ciência e do conhecimento! Assim pode dizer-se que simbolicamente toda a Praça do Comércio se encontra "Entre Colunas". Na Maçonaria "Entre Colunas" quer dizer - Em Segredo!

As duas colunas sintetizam as duas polaridades de rigor e misericórdia, de força e beleza. A coluna B significa a força e a coluna J a estabilidade.

A coluna, como é sabido, é um dos elementos fundamentais da arquitectura, assegurando a solidez e a estabilidade de suporte do edifício.



Pitágoras



Fibonacci



## TORREÕES DOS MINISTÉRIOS

Quem se situe no Cais das Colunas e de costas voltadas para o Rio Tejo observa a Oriente e a Ocidente os torreões dos ministérios, simbolizando igualmente as Colunas B e J. Para mais, este detalhe pode ser observado por foto aérea ou em planta e onde pode reconhecer-se o desenho destas letras.

## PRAÇA DO COMÉRCIO - A ENTRADA DO “GRANDE TEMPLO”

A Praça do Comércio ou Terreiro do Paço foi construída segundo o Livro sagrado de Thot, mais conhecido pelo nome de Tarot.

### OS ARCOS DO TERREIRO E OS ARCANOS DO TAROT

Vindo pelo rio e passadas as colunas de entrada no templo, encontramos-nos no centro do Terreiro do Paço. À nossa volta temos um fabuloso conjunto arquitectónico de edifícios, adornados de arcadas em toda a volta. Nada foi deixado ao acaso, os arcos estão distribuídos da seguinte forma:

À esquerda da Rua Augusta – 11 arcos, à direita da Rua Augusta – 11 arcos, que perfazem um total de 22. Nas laterais da Praça, em cada um dos lados, temos 28 arcos, totalizando 56. Diante destes dois conjuntos de números, 22 + 56, vamos seguir este raciocínio:

O Livro de Thot, (Tarot) está, como se sabe, constituído por 78 cartas ou lâminas, originalmente de ouro fino ou criosopeico e prata argiopeica, pertencendo

as primeiras 22 lâminas aos Arcanos Maiores, ou Esotéricos, e as restantes 56 aos chamados Arcanos Menores, ou Exotéricos.

Se aplicarmos a cada arco o arcano que lhe corresponde obtemos chave interpretativa de um ciclo completo de manifestação: relativamente aos 56 arcos, a manifestação profana, e quanto aos 22 arcos frontais, entre as Rua do Ouro e da Prata, a realização oculta.

### UMA PERSPECTIVA MAÇÓNICA DAS RUAS DO CENTRO/BAIXA POMBALINA

Passeando, agora, tranquilamente pelas ruas da Baixa, podemos questionar-nos também sobre o seu significado. Vejamos o que nos reservam as três ruas que compõem o conjunto do Grande Templo, não sem antes atentarmos nos nomes Ouro, Prata e Augusta.





Vista actual da Praça do Comércio



Arcanos Maiores do Tarot

Olhando para a zona mais nobre da Praça do Comércio, temos em frente o Arco da Rua Augusta, arco este também suportado por duas majestosas colunas.

Este arco tem em profundo significado esotérico, já que existe um em cada cidade com sete colinas.

Aqui pode parecer, maçonicamente, ter outro significado.

O Arco da Rua Augusta está flanqueado por dois outros arcos, podendo assim imaginar-se que, por este Arco, entram os Mestres, enquanto, pelo arco da esquerda, na Rua do Ouro, entram os Companheiros e pelo arco da direita ou da Prata entram os aprendizes.

Ao mesmo tempo, pode afirmar-se que o arco da Rua Augusta representa o Poder, o da Rua do Ouro representa o homem e o da Rua da Prata representa a

mulher, pelo que, pensando na disposição das ruas, pode dizer-se que se satisfazem todos os gostos maçónicos.

Depois, temos três fileiras de edifícios dispostas horizontalmente, às quais se seguem cinco dispostas verticalmente. A interpretação é, de imediato, maçonicamente cristalina:

As três primeiras filas de edifícios na horizontal representam os três passos da entrada na Loja do Aprendiz, passos ritualmente curtos e temerosos ante o desconhecido.

As outras cinco fileiras de edifícios, dispostos verticalmente, representam os cinco passos da entrada dos companheiros na Loja. A soma dos dois ( $3+5 = 8$ ) dá o número de passos de entrada na Loja dos Mestres.

Em resumo, a cidade de Lisboa foi reconstruída segundo uns princípios maçónicos bem definidos e pensada ao detalhe sob um pensamento Esotérico e Racional.

*Tomás Taveira, 33º*



## JUSTIÇA VERSUS VINGANÇA

O ser humano é por natureza e por essência um ser egoísta. O egoísmo é a mola fundamental que o permitirá sobreviver e o levará a afirmar a sua individualidade.

Esse egoísmo começará a manifestar-se desde os primeiros dias de vida, na forma de reflexo alimentar, e, tendencialmente, se desenvolverá e se consolidará durante o resto de sua existência terrena.

Em consequência se tornará naturalmente num ser autocentrado, pouco solidário, desfeito ao diálogo e que se

Trabalho, Tolerância, Diálogo e Cedências, instrumentos de que se servirá para controlar o ego e evoluir na árdua caminhada rumo ao oriente eterno.

É nesse percurso que se confrontará com situações de perdas e derrotas, de ganhos e vitórias e apreenderá os princípios/conceitos de Justiça e de Vingança.

Em muitas situações, essas noções perseguirão nas suas atitudes e comportamentos, condicionarão a sua vontade e marcarão o rumo de sua vida.

Muitas vezes não saberá distinguir correctamente um do outro; numas ele encontrará poucas diferenças entre as duas; noutras, acreditará que uma pressupõe a outra; frequentemente, no decurso da construção do seu templo interior, será compelido a dedicar parte de sua vida na



acha detentor de prerrogativas que muitos outros não terão e que o posicionarão na parte superior da escala social.

Mas cedo se dará conta de que a sua viabilidade como parte da natureza, também depende da ação dos outros e que, de per si, não tem muitas possibilidades de sucesso.

Integrará então a família e a sociedade, instituições onde vai ter de aprender valores como Liberdade, Fraternidade, Solidariedade, Compaixão, Misericórdia,

busca das reais diferenças existentes entre as duas.

Será, então, informado que a matéria já constituiu preocupação de outros, antes dele: desde os primórdios tempos da humanidade, de sua sedentarização e organização social; que as preocupações com Justiça e Vingança são tão antigas quanto o homem como ser espiritualizado.

### CONCEITOS

A vingança é um conceito meramente individual e deve ser classificado como um sentimento. Um sentimento que gera necessidade de compensação por algo per-

dido. Um sentimento que assenta não no desejo de projectar comportamentos futuros melhores, mas no de punir exemplarmente pelo prejuízo causado. Um sentimento guiado pela raiva e pela paixão despertadas, sem preocupações racionais ou de proporcionalidade.

Em verdade a Vingança é comumente definida como retaliação contra uma pessoa ou grupo de pessoas que, de alguma forma, nos tenham infringido perdas e/ou causado danos que, em outras circunstâncias, não experimentaríamos. Para essa definição comum, a Vingança é certamente uma forma de Justiça, desde que a retaliação que exercer seja, de alguma forma e do ponto de vista do ofendido, reparadora da ofensa.

Esta condição estará, aliás, na origem das primeiras formas de organização formal dos códigos de direito. Estes, no entanto, tiveram a preocupação de considerar os cidadãos equivalentes em direitos (uma certa forma de igualdade) e de precaver contra o abuso e a impuni-



dade dos mais fortes.

Filosoficamente a Vingança é um tema muito discutido, sendo a “ética da vingança” uma disciplina obrigatória em filosofia.

O Direito também se debruça sobre a prática da vingança como um dos elementos do estudo da Justiça.

Ela é também bastante tratada e estudada tanto na sociologia quanto na psicologia.

Em todos estes ramos da ciência humana a Vingança é caracterizada como tendo objetivos mais destrutivos do que construtivos, pelo facto de raramente ela proporcionar situações de harmonia entre as partes beligerantes (vingança gera sempre mais vingança). E aqui reside uma primeira grande diferença com o princípio da Justiça.

O conceito de Justiça mais comumente aceite é o de que ela é a particularidade do que é justo e correcto e mantém a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal.

Também ela (a Justiça) é estudada e analisada em vários ramos da ciência, especialmente nas vertentes histórica, teológica, filosófica, política, económica e social. E de uma análise das diversas definições encontradas se pode concluir:

Que ela é tão antiga quanto a evolução da humanidade sedentarizada;

Que ela tem origem na crença de que, em outras dimensões, existe um Deus Pai justo que trata a todos por igual e a todos dá as oportunidades que merecerem para evoluírem, rumo à perfeição.

Que a sua organização se submete à filosofia prevalecente no tempo e no espaço e sua aplicação está subordinada ao direito que é

dinâmico e acompanha a evolução e as conquistas das sociedades.

Que ela é exercida pela sociedade sobre os cidadãos e tem como objectivo nobre promover a igualdade, garantir os direitos, reprimir o mal, educar a humanidade, procurando estabelecer uma relação de equilíbrio na relação entre os homens.

A organização política dos estados e das sociedades encontra na Justiça o elemento agregador de interesses e último garante do exercício da liberdade responsável, do cumprimento dos contratos e das leis. Ela é a forma como se salvaguardam os valores assumidos e cultivados pela colectividade.

É o fórum de resolução dos conflitos, mas é também o instrumento à disposição dos estados para condicionarem os cidadãos aos ditames do interesse comum.

Aproveito para marcar, porque considero importante, que devemos distinguir duas formas de justiça: i) a justiça distributiva e ii) a justiça correctiva, que por sua vez se subdivide em comutativa e judicial.

Não irei discorrer muito sobre este aspecto: me faltam tempo e saber.

Direi somente que a primeira garante que, na satisfação dos direitos e no exercício das liberdades, se leve em conta o mérito e as desigualdades, enquanto que a segunda os garante de igual modo a todos os cidadãos.

Registe-se o facto de que, na governação moderna, as sociedades tendem a adoptar legalmente a aplicação destas duas formas de Justiça.

Mas a Justiça é também uma conquista social. Por essa razão, o objectivo fundamental de sua aplicação, na vertente judicial, não deve ser punir para vingar, mas antes punir para educar, recuperar e reinserir; ensinar o homem a melhorar e ser bom cidadão.

### **JUSTIÇA VERSUS VINGANÇA**

Dos primórdios da humanidade, a vingança e



a justiça acompanharam e acompanham o homem na sua evolução.

A vingança é um sentimento humano que deriva do pouco ou nulo controle da espiritualidade sobre o egoísmo.

À medida que o homem se afirma na sua condição de consciência em permanente vi-

bração a caminho da essência amorosa do universo, vai adquirir e consolidar a faculdade de controlar o seu próprio ego e se transformará num ser judicioso, justo e correcto; o que só se consegue com o trabalho árduo de aperfeiçoamento espiritual.

Diria eu que a vingança foi a primeira forma encontrada pela humanidade para fazer justiça; mas a evolução social, económica e política das sociedades ao longo de milénios, entendeu que a justiça da vingança deve ser rejeitada porque baseada em sentimentos destrutivos e atitudes inferiores de pensamento e acção. Na verdade, a vingança tira à justiça toda a racionalidade.

Deste facto resulta que, na maioria das sociedades de hoje, a própria vingança pode ser arguida judicial, tanto na forma como no conteúdo.

Porém, é preciso considerar que apesar da evolução humana e da adopção de formas cada vez mais evoluídas nas relações sociais, a Vingança continua presente no pensamento e nos actos do ser humano.

Ela faz parte da essência da humanidade e é uma das manifestações do egoísmo que nos acompanha natural e benéficamente desde o início da caminhada.

## **CONSIDERAÇÕES MAÇÓNICAS**

A maçonaria encara os dois princípios/conceitos.

A Vingança como mecanismo de justiça contra os prevaricadores, que é executada sempre com a salvaguarda dos pilares da fraternidade quais sejam a liberdade, a compaixão e a caridade.

A Justiça é entendida como um princípio mais amplo, vista como desígnio do Grande Arquitecto do Universo e transmitida aos homens no percurso de construção do seu templo interior.

Contrariamente à Vingança, a Justiça não é algo natural e nem um elemento da natureza que se encontra em todos os lugares. A Justiça é uma conquista de civilização, feita de um esforço permanente de aperfeiçoamento espiritual.

Fazer Justiça pressupõe a existência da Injustiça; ou seja, o reconhecimento de que elementos na sociedade estão a sofrer danos causados por outros, de forma injusta, infringindo sofrimentos.

Neste cenário entra em acção a Compaixão e a Misericórdia, clamando pela reposição da justiça.

A título ilustrativo permitam-me a leitura de um excerto do texto “A JUSTIÇA SOB A ÓTICA MAÇÓNICA” da autoria de Kenno Ismail, publicado a 21 de Setembro de 2011:

***“Entendendo a ligação entre Injustiça e Justiça como início e fim, acção e reacção, causa e efeito, percebe-se a necessidade de um ‘fio condutor’, de um ‘combustível’ que promova tal mudança. E, nesse caso, é a Compaixão.***

***É muito fácil compreender o papel fundamental da Compaixão. Afinal de contas, mesmo num mundo inundado de Injustiças, se não houvesse Compaixão, por que alguém buscaria e desejaria promover a Justiça para os outros? Faltaria o fio condutor, o combustível. Compaixão é exactamente aquele com-***

*ponente benévolo que domina o homem ao presenciar uma infelicidade ou mal alheio. Nós sentimos compaixão quando vemos alguém sofrendo uma injustiça. Ou quando assistimos pessoas passando fome ou outras dificuldades, não por opção, mas pela falta de opção, pela injustiça socioeconómica.*

A vingança é um sentimento humano que deriva do pouco ou nulo controle da espiritualidade sobre o egoísmo.

*O maçom deve ter os olhos abertos para os males da sociedade. Ele não pode fechar os olhos para o sofrimento do próximo, pois o compromisso do maçom é buscar a felicidade da humanidade. O maçom é um homem de atitude, que procura construir templos às virtudes e masmorras aos vícios. Ele busca trabalhar de forma justa e perfeita”*

Portanto, o verdadeiro maçom tem intrinsecamente um sentido de Justiça. Globalmente, só reconhece a Vingança como um elemento da simbologia ritualística.

Eis, pois, a intrincada relação existente entre Justiça e Vingança, na minha modesta opinião.

Deixarei em aberto um futuro aprofundamento do tema, porque o tempo disponível não permitiu mais do que um afloramento do mesmo e a tomada de consciência de sua importância maçónica.

Na verdade, me encontro ainda na fase

de recolha de documentação para estudo.

Mas fica o compromisso!

*Agostinho António Lopes, 11º*



## **Justitia (Equidade)**

*“Sê infatigável, incessante, vivo  
Tú e o teu verdadeiro amor;  
Que o teu coração não se perturbe na sua  
estadia na Terra.  
Mas aproveita o dia no seu decurso.”*

Antigo poema egípcio de amor

### **INTRODUÇÃO**

Quando olhamos para as primeiras comunidades, no início dos tempos encontramos evidências de que estas sobreviviam dependentes umas das outras. Com o objectivo de serem bem-sucedidas, começaram por estabelecer algumas regras entre si, cujos objectivos seriam certamente a defesa do grupo e a obtenção dos meios à sua sobrevivência. A vida humana era preciosa e respeitada. A perda de um homem capaz significava menos mãos para ajudar a caçar, a lavrar e terra e a afastar os predadores e inimigos (Holstag, 2019, p. 40)

Com o evoluir das civilizações, estas procuravam nos Deuses as fontes de estabilidade e justiça entre os povos. Nas primeiras civilizações, no Egipto e Babilónia, os Reis eram encarregados pelos Deuses de preservar a estabilidade e a prosperidade do povo que rezava por eles (Holstag, 2019, p. 73).

Já o Antigo Testamento, ao referir-se a uma boa governação, entende-a não como uma monarquia de poder absoluto e autoritária, mas com poderes submetidos às leis divinas da Torá e exercida por governantes com poderes limitados, (Holstag, 2019, p. 76)

O ser Humano provocado pela insegurança conflituosa natural na convivência dos povos é incentivado para a procura evolutiva de um sistema jurídico que lhe traga segurança.

Godoy (2016) refere que “é possível situar que a génese do direito passa, obri-



gatoriamente, pela génese da história dos povos e sua evolução em sociedade”. Reportando-se aos primeiros códigos conhecidos, Códigos de Hamurabi em 2067 a.C. e Manu em 1300 a. C., também nos mostra que a igualdade entre os homens nem sempre era reconhecida, e como exemplo, a mulher era tratada com imposições severas e desiguais mesmo diante de ofensas comuns a ambos os sexos, (Godoy, 2016).

Aleán Pico (2014) traz-nos uma definição de sociedade justa como aquela em que os seus membros se respeitam mutuamente, não se prejudicando entre si, obedecendo a regras naturais de justiça. Para a resolução de conflitos refere que este deve ser resolvido através de um



juízo “ de aprovação do espectador imparcial que julga com base no sentimento moral”. A razão pública e o debate são elementos fundamentais para a manutenção de sociedade seja justa, (Aleán Pico, 2014).

## JUSTIÇA

Segundo Rawls (2020), a primeira virtude das instituições sociais é a justiça. Esta garante às pessoas uma inviolabilidade que toda a sociedade tem o dever de respeitar. A justiça procura garantir que a perda de liberdade de alguns não possa ser justificada por um bem maior a favor ou compartilhado por outros.



Nas sociedades em que vivemos existem momentos que parecem evidenciar que nem sempre a justiça olha para todos de modo igual, e que alguns parecem ter mais privilégios do que outros. Uma percepção que nos tem acompanhado ao longo dos tempos. Na mitologia grega, *Themis*, a deusa da justiça, é vendada para que, não vendo aqueles que estão diante dela, possa aplicar uma justiça de forma imparcial, (Heinze, 2012). A justiça não permite que os sacrifícios impostos a alguns sejam superados pela maior soma de vantagens de outros. (Rawls, 2020).

Como exemplos dos primeiros documentos legais, aparecem os códigos de leis, escritos sobre a pedra, para elas se tornarem leis imutáveis, dando origem à expressão inglesa “*written in stone*” (escrito na pedra), (“Código de Hamurabi,” n.d.), ou as leis que Deus entregou a Moisés no “Decálogo”, escritas em duas tábuas de pedra pelo dedo de Deus.

O código de Hamurabi de 2067 a.c. e o código de Manu 13300 a.c., são os primeiros códigos conhecidos (Godoy, 2016). Enquanto o código de Manu tem origem na Índia e procura a regularização da sociedade de modo a evitar o caos na sociedade, o Código de Hamurabi surge na Babilónia, (escrito sobre uma rocha de diorito), e além do objectivo de homogeneizar o reino, já apresentava alguns dos princípios que a maçonaria hoje defende, garantir “que o forte não prejudique o fraco e a protecção das viúvas e órfãos”.

A codificação antiga que mais diferenças sociais eliminou, segundo Títo Lívio, foi

a Lei das XII Tábua, que surgiu em Roma, em 462 a.c., por proposta do Tribuno Tarentílio de Arsa (Godoy, 2016).

O Imperador Justiniano (Flávio Petrus Sabbatius Justinianus), no ano 533 d.c., apresentou “a mais extraordinária compilação de textos legais” conhecido como *Corpus Juris Civillis* e a que mais influenciou o ordenamento jurídico da maioria dos países europeus e da América Latina.

### Prudência

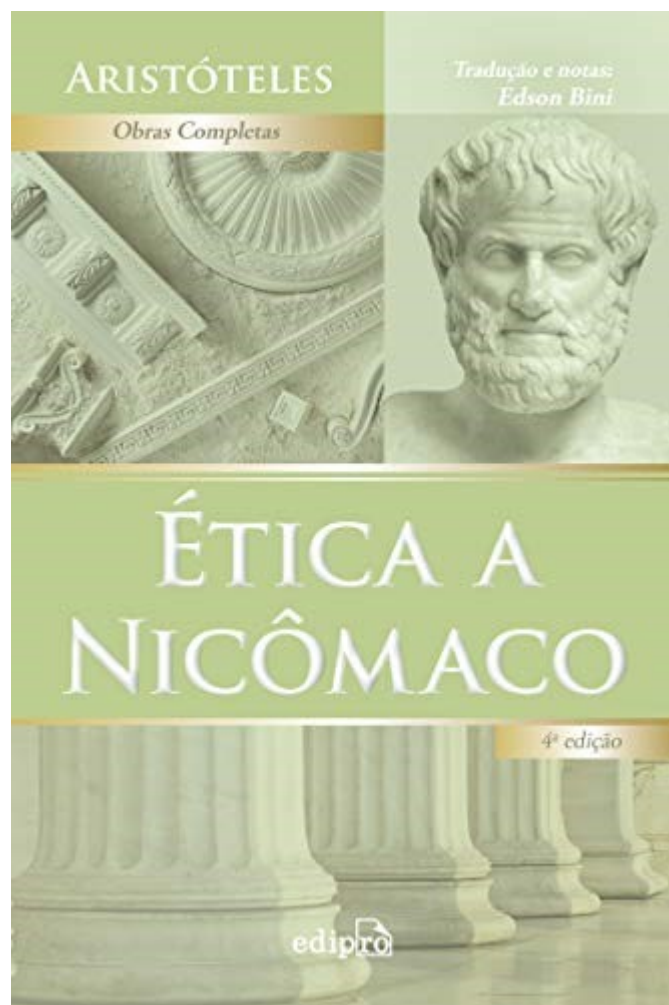
Justiça, como equidade, aponta para os poderes morais que as pessoas têm, relacionados à sua capacidade para um senso de justiça e uma concepção do bem (Letseka, 2014).

A preocupação para a aplicação da justiça com equidade no respeito pelas pessoas, garantindo os seus direitos e deveres assim como o seu bem-estar, verifica-se através dos tempos. Já Aristóteles abordou o problema da “ética” com Nicômaco na aplicação da justiça (Winthrop, 1978).

Referindo-se à tradição aristotélica ou tomista, Solcová (2017) referencia como primordial a Prudência (*phronésis*) como virtude intelectual que nos torna humanos e uma das características essenciais do mundo moral. A prudência existe como condição necessária das demais virtudes, como uma virtude que pertence à razão humana, (Šolcová, 2017).

Mas a Prudência não tem muito sentido sem as outras virtudes. Se o comportamento não está devidamente baseado nas virtudes, a razão não terá as bases suficientes para poder julgar correcta-

mente. A aplicação unilateral de uma virtude, sem discernimento intelectual, leva a consequências perigosas, (Šolcová, 2017).



### CONCLUSÃO

Albert Pike incita-nos a fazer justiça a todos e a exigí-la de todos, como uma responsabilidade universal. Adverte-nos que podemos errar na sua aplicação e na sua definição, chamando-nos à atenção para os interesses temporários que muitas vezes conflituam com interesses permanentes e o bem-estar da sociedade, (PIKE, 2010).

Reconhecemos que a justiça perante determinados casos, situações e ou pessoas não é cega. Olha para aqueles que está a julgar e dá-lhes uma resposta que lhes é mais adequada.

A figura da Deusa da justiça “Themis” vendada parece ser algo estranha nos nossos dias, onde os mais desfavorecidos nem sempre parecem ter uma justiça igual. Isto mesmo nos refere Craig (1981) lembrando que a prática de fazer justiça sinaliza a necessidade de respeitar os direitos e méritos de determinados sujeitos.

Para manter o equilíbrio das relações entre homens, tendo por fundo a sua inserção na família, na comunidade e numa sociedade cada vez mais globalizada, o homem deverá procurar conhecer os seus direitos e deveres tendo sempre como princípio que os seus direitos e interesses não colidam com os dos seus irmãos e de qualquer um, mesmo que contrários aos seus. “Devemos acreditar nisto se cremos que Deus é justo” (PIKE, 2010).

A necessidade de regulamentar as relações entre as pessoas, a sua segurança e bem-estar estará na origem das primeiras regras e regulamentos. Estas regras eram apresentadas como inspirações divinas, tendo o rei como seu interlocutor e responsável pela sua manutenção e aplicação.

Os primeiros códigos escritos conhecidos têm por base essa trindade—Deus-Rei-Homem - e são essencialmente dirigidos à verificação dos comportamentos dos homens no seu relacionamento e na sua responsabilidade de entre ajuda, quer na procura e obtenção dos meios necessários ao seu bem-estar e na colaboração par a sua defesa e segurança, cabendo ao rei a fiscalização e cumprimento das regras. No caso do código de Hamurabi, este regulamentava essencialmente as acções do povo babilónico

no que se refere ao comércio, propriedade, família , herança e escravidão (Godoy, 2016).

Não só nos tempos passados os códigos reflectiam as culturas, usos e costumes de um povo. Também hoje estes devem ser estudados à luz das culturas, usos e costumes de onde como tal são reconhecidos. Por isso, a procura de compreensão das regras e leis vigentes em determinada localização geográfica deve ser entendida com base nas culturas aí existentes. Isoladas do seu ambiente, estas tornam-se incompreensíveis e estéreis.

“A insistência de Trasímaco de que a justiça nada mais é do que a vantagem do mais forte parece apoiar a visão de que os valores morais são socialmente construídos e nada mais são do que o reflexo dos interesses de comunidades políticas particulares”.

Como tal, a evolução em busca de uma segurança jurídica revela a forma de evolução da própria sociedade e do ser humano que, com base nas estruturas da sua sociedade e das suas organizações, deve trabalhar para encontrar os instrumentos que norteiem um modo de vida, um sistema de relacionamento, se não uniforme e aceite universalmente, ao menos com base numa grande aceitação, que a todos seja igualitária a sua aceção, numa direcção compatível com o que determina a sociedade em seu tempo, modo de estar e de viver.

Mesmo na sua condição globalmente apátrida, Nagel presume, uma moralidade humanitária, incluindo a protecção dos direitos humanos básicos e uni-

versais, impõe obrigações além das fronteiras, embora essas obrigações fi- quem aquém dos requisitos de justiça, (Cohen & Sabel, 2006).

*Manuel Cruz*

## BIBLIOGRAFIA

**Aleán** Pico, A. (2014). *Sentimiento moral y razón: la noción de justicia en Adam Smith y Amartya Sen*. *Cuadernos de Economía*, 33(63), 359–379.

<https://doi.org/10.15446/cuad.econ.v33n63.45337>

**Carr**, C. L. (1981). *The concept of formal justice*. *Philosophical Studies*, 39(3), 211–226. <https://doi.org/10.1007/BF00354354>

**Código de Hamurabi**. (n.d.). Retrieved May 10, 2021, from [wikipédia.org/wiki/Código\\_de\\_Hamurabi](http://wikipédia.org/wiki/Código_de_Hamurabi)

**Cohen**, J., & Sabel, C. (2006). *Extra rempublicam nulla justitia?* *Philosophy and Public Affairs*, 34(2), 147–175. <https://doi.org/10.1111/j.1088-4963.2006.00060.x>

**Godoy**, S. M. (2016). *Gêne do Direiro: As primeiras Leirs e Obrigações*. *Revista Pensamento Jurídico*, 10(2006), 31–49.

**Heinze**, E. (2012). *The concept of injustice*. *The Concept of Injustice*. <https://doi.org/10.4324/9780203094242>

**Holstag**, J. (2019). *Guerra e Paz*. (D. Barbara, Ed.) (1a Edição). Algragide, Portugal: Publicações D. Quixote. Retrieved from [www.dquixote.pt](http://www.dquixote.pt)

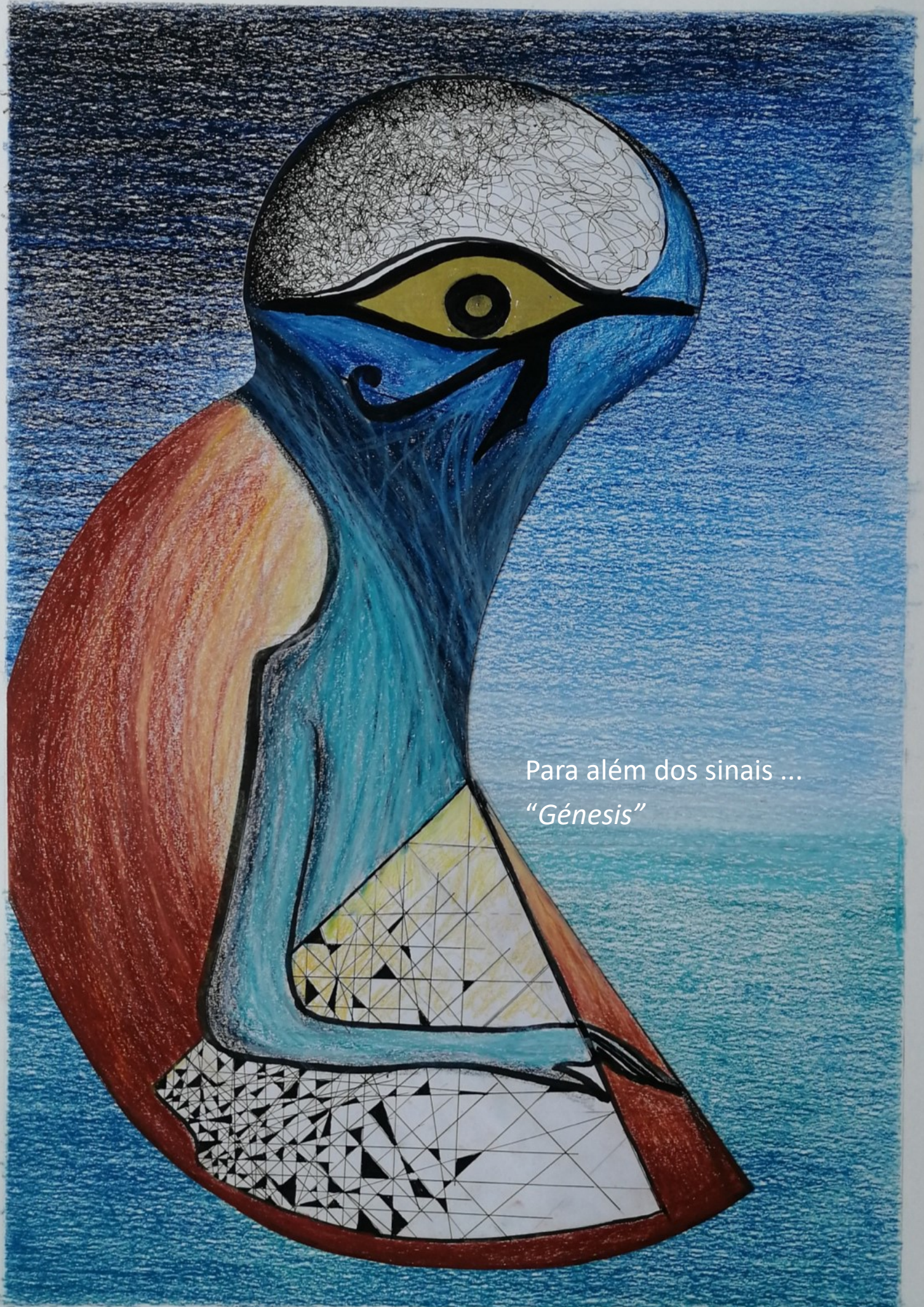
**Letseka**, M. (2014). Ubuntu and Justice as Fairness. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(9), 544–551. <https://doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n9p544>

**PIKE**, A. (2010). *Moral e Dogma*.

**Rawls**, J. (2020). *A theory of justice*. Harvard

**Šolcová**, K. (2017). Moral virtues in J. A. Comenius' mundus moralis. *Ethics and Bioethics (in Central Europe)*, 7(3–4), 119–126. <https://doi.org/10.1515/ebce-2017-0011>

**Winthrop**, D. (1978). Aristotle and Theories of Justice. *American Political Science Review*, 72(4), 1201–1216. <https://doi.org/10.2307/1954534>



Para além dos sinais ...  
"Génesis"

## **GÉNESIS...**

*No Início era o Verbo ...*

*o GADU do Nada criou a Matéria,  
às Trevas juntou a Luz,*

*do Caos fez o Cosmo,*

*com o Teorema realizou o Universo,*

*no Firmamento reuniu os Astros,*

*com o Sol iluminou a Terra,*

*da Natureza fez o Ser,*

*com o Homem iniciou a Civilização,*

*à Vida deu um Tempo,*

*e,*

*ao Espírito ofereceu a Eternidade.*

No Génesis (5:24) aprendemos que a vida de Enoch , antigo patriarca Hebreu, antecessor de Salomão foi de uma excepcional virtude; ele é descrito como "caminhando na presença de Deus".

O Homem fixou-se no habitat de acordo com a sua personalidade cultural.

Há aproximadamente 12 mil anos, a humanidade inventou a agricultura, e a maioria dos seres humanos em comunidade tribal demarcou um território e sedentarizou-se.

Alterámos a noção de um Lugar/Terra, passámos a ter domínio de um território, noção até aí inexistente .

Vitrúvio ( Marcos Vitrúvio Polião – arquitecto romano do sec. I a.C., autor do tratado "De Architectura") afirmava que para edificar exigia-se uma tríade de qualidades, *Firmitas* (solidez), *Utilitas* (utilidade) e *Venustas* (beleza).

Civilizações milenares fixaram-se, povoaram territórios de forma incessante, num contínuo da sua relação com o meio natural.

Cada Sítio é uma estratificação de camadas da história de civilizações ocupantes. Coexistindo sobreposição e contaminação de estruturas, de elementos e de relíquias que testemunham a coevolução do binómio Homem e Natureza.

O Território que herdámos e onde vivemos, ou visitamos, é o resumo de ciclos de Vida.

O Território onde vivemos é o resultado de vários períodos de civilização, de pelo menos 8 a 10 vezes desde os primitivos assentamentos humanos no período Neolítico.

Em cada Lugar encontramos um "Genius Loci"( espírito do lugar) que é

***Tudo o que é impossível ou já aconteceu ou está para acontecer.***

***Hoje só acontece o que é possível;***

***... manifestamente uma situação medíocre.***

ou foi objecto de culto, tal como na religião romana era o espírito de protecção de um lugar, ou nos Sítios Megalíticos no Alentejo, ou como para os Guarani da Amazónia que querem voltar ao "tekohá" (local sagrado) onde nasceram.

Tal como na lenda associada à pedra cúbica com o Inefável Nome da Divindade, descoberta e levada para Salomão, que decide colocar a pedra cúbica em uma abóbada subterrânea especial, usada por ele próprio, pelo Rei Hiram de Tiro e peço Mestre Hiram para conferências privadas.

Estas criptas, uma construída por Enoch e a outra por Salomão têm duas inter-

pretações simbólicas.

A de que as criptas são símbolos “interiores”; incrustadas sob a terra conduzem as nossas reflexões sobre as qualidades interiores do homem, uma lembrança da instrução da Loja Simbólica. Outro significado é que estas criptas foram construídas de uma maneira muito diferente, e devem ser vistas como símbolos distintos mas unidos: distintos porque cada um tem o seu próprio significado, e unidos porque juntos formam um símbolo totalmente diferente com a sua própria interpretação.

Hoje novos conceitos filosóficos como os propostos, em 1991, por Gilles Deleuze e Felix Guattari, filósofos franceses de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização- TDR, que nos interpelam para: (...) “ *construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.* “

No nosso período de vida assistimos e contribuimos para uma apropriação do território no meio ambiente, de modo intenso e contínuo, construindo metrópoles, cidades, complexos industriais e logísticos, sistemas agro-florestais de produção, infra-estruturas, centrais de energia, barragens e represas de

águas, redes de comunicação, alterando e transformando o meio físico e natural, através da ciência e tecnologia, com engenho e criatividade uma natureza artificializada, para servir uma civilização instantânea e em expansão.

Desta maneira, o Território histórico, igreja de povos vivos, foi segmentado, entre os bens comuns e os bens naturais. Neste último tipo inclui-se a Terra, com os seus elementos que a compõem, o ar, as fontes naturais de energia, as florestas, a água das nascentes, rios, lagos, mares e oceânicos, e os glaciares. Os bens comuns territoriais reúnem os aglomerados humanos com as edificações, e todos os sistemas e infra-estruturas instrumentos de transformação para a domesticação e fertilização da natureza, em prol da sobrevivência da humanidade.

Milénios de acção humana na territorialização dos Lugares da Terra, colocando o bem comum territorial no centro da civilização contemporânea. Como consequência temos hoje a privatização e mercantilização das suas principais componentes, o solo e os recursos, como a privatização de bens e serviços públicos (água, energia, redes de comunicação, etc).

E como medida compensatória desta escala de apropriação, são delimitadas as áreas de grande restrição de uso, tais como santuários e parques de protecção natural, para apaziguar a consciência da intensa dissolução de lugares.

Assistimos à transferência de soberania e competência da gestão do bem comum; o território local já não é nem conhecido nem compreendido, nem prespectivado pelas suas comunidades.

O cidadão passa de produtor a cidadão utilizador, cliente de mercadoria de bens e serviços oferecido pelas multinacionais, cujos centro de decisão são externos aos lugares de produção e desconsiderando a vontade do cidadão e das comunidades.

A Terra é tratada como *commodity* (mercadoria) factor económico, reflexo dos impulsos dos mercados na globalização do efeitos exponencial da população.

Da construção de uma natureza artificial de escala infinita, apoiada num sistema dual de uso do território, das metrópoles sobrepovoadas e dos lugares aban-

que uniam o Homem à Terra enquanto Lugar de fecundação, abrigo e cultura.

Este absurdo civilizacional que, de forma presumida, utiliza o conhecimento científico e tecnológico para executar esse modelo predatório de exploração dos bens naturais conduziu-nos a um nível de desenvolvimento com consequências e efeitos globais, às ecocatástrofes, ao agravamento das desigualdades entre cidadãos, e à pobreza extrema a Sul, a Leste e Ocidente.

As mundividências do nosso modo de vida contemporâneo permitem prever tam a coevolução dos bens comuns e dos bens naturais à totalidade do Terri-



donados, resulta um território mudo, despovoado, descontínuo e de vazios, onde o “*Genius Loci*” já não é sentido pelos últimos habitantes, interrompendo a tradição de um tecido de relações

tório, independentemente de fronteiras ou culturas, preservando a diversidade dos elementos que o compõem.

E nós maçons temos o dever de partici-



par neste desígnio de renascimento da civilização contemporânea, desmaterializando os seus erros e contribuindo para o equilíbrio da evolução.

Também Albert Pike nos ensinou que há



uma *“religião de vida e de sociedade ... e de verdade e acção correcta no mundo”*.

Amplia a definição de religião, dizendo que o desenvolvimento da natureza nos foi dado por Deus, e assim, *“as buscas e ocupações desta vida, a sua actividade, cuidado e ingenuidade ... tendem a promover o grande desígnio [de Deus] ao fazer o mundo”*.

Albert Pike acreditava que procurar o conhecimento, quando motivado pela honra e dever, é uma forma de prática de religião. Há também religião na labuta, no trabalho profissional, na sociedade, na Maçonaria, na família e na natureza.

*“Deus é o grande Criador do homem e do mundo. Ele criou a natureza do homem. Se tudo o que um homem faz é feito correcta e fielmente, ele será um bom homem e naturalmente ajudará a*

*desenvolver a sua própria salvação. Se um homem deixar de agir religiosamente na sua vida, a grande lei da retribuição actuará para responder pelo seu futuro.”*

Assim deixo a minha inquietação e apelo para reunir os esforços de todos nós Maçons, eliminando a indiferença à mudança de conceito de desenvolvimento,

apoiado em landmarks que permitam a reprodução e a valorização dos patrimónios ambientais, territoriais e paisagísticos da Terra.

OD



## 5ª Sinfonia de Beethoven em Dó Menor

A Sinfonia do Destino é o ápodo mais divulgado e aceite pelo público em geral. A razão vem do tema inicial do 1º andamento o qual se repete várias vezes e reaparece ao longo de toda a sinfonia. No entanto, é uma definição demasiado simplista que pretendo esclarecer através dos elementos e fundamentos epistemológicos por mim estudados.

Schindler, biógrafo e amigo de Beethoven, descreveu várias sinfonias de Beethoven, dando-lhes um significado extra-musical. O compositor, não gostando de definições que poderiam orientar o ouvinte num caminho pré-determinado, nunca refutou as ideias de Schindler. Eis o que este descreve na 5ª sinfonia:

- O 1º andamento descreve a fatalidade do destino, assim como a brutalidade com que bate à porta do homem. O solo pungente do oboé representa a confissão da incapacidade do homem em opor-se à inexorabilidade do destino que lhe foi traçado.
- No 2º andamento, o homem decide iniciar a sua caminhada explorando outros destinos, tomando a direcção por ele decidida. De repente, ouvem-se fanfarras - Ele chega à conclusão que terá por vezes de usar a força bruta para talhar o seu caminho. Mais tarde ouve-se de novo o tema abrupto do destino.

- No 3º andamento, voltam as dúvidas do homem sobre a sua capacidade para alterar o estado de coisas a que o destinam. Posteriormente resolve juntar-se a outros homens num baile campestre e apoteótico. Na transição para o 4º andamento voltam as dúvidas e a ansiedade sobre o resultado final.

- Até que, no 4º andamento, se assiste a uma música triunfal onde o homem rejubila num abraço fraternal à humanidade inteira. Talhando o seu caminho em comunhão com os outros homens, encontra a via para o *Elysium*, o paraíso dos justos.

### Numerologia

- O 1º andamento tem 502 compassos: 7.
- 2º andamento:  $247 = 13: 4$ .
- 3º andamento:  $373 = 13: 4$ .
- 4º andamento:  $444 = 12: 3$ .
- Número total de compassos:  $1566 = 18: 9$ .

Se isto não é arte real, o que é? Que representa?

Não há qualquer registo da pertença de Beethoven à maçonaria. No entanto, grande parte dos seus amigos eram maçons. Toda sua vida foi consagrada à procura da libertação do homem ao jugo dos tiranos como comprovam a maior parte das suas composições, assim como a temática de princípios e bons costumes nela utilizada.

Na sua correspondência há algo curioso.

Quando escreve a profanos, começa com o corrente: “Sehr Geherte”, “Caro Senhor”. Quando se dirige a maçons, começa por “Mein Bruder”, “Meu Irmão”.

Crê-se que, porque a maçonaria estava banida nos estados alemães, estaria coberto pela clandestinidade a fim de poder mostrar e continuar a sua obra. Se houvesse a mínima suspeita não poderia influenciar a sociedade como o fez. Por exemplo através de citações de temas musicais das marchas revolucionárias que incluiu nas suas obras.

Trata-se da obra mais tocada e mais gravada na história da música.

O tema do destino tornou-se no indicativo dos programas da BBC para a resistência na Europa junto com o V da

vitória. Este, em morse, é representado com o mesmo ritmo do motivo do destino.

*Anónimo*



*Ludwig Van Beethoven*



## A Ode à Alegria

Schiller e Beethoven são duas almas gêmeas. Apresentados aqui e ali como maçons, segundo Maximino Cobra, citando outro Irmão-Philippe Autexier, de nenhum

da no período logo após a revolução francesa. Napoleão ainda reina e a repressão de Metternich ainda vem longe. Beethoven é admirador de Napoleão e dos ideais da Revolução. Ao fazer-se coroar imperador, Napoleão trai esses ideais. Beethoven risca a dedicatória da sua Sinfonia he-



dos dois aparecem registros da sua iniciação. Schiller escreve a sua Ode em 1785 com 26 anos e revê-a em 1803. Beethoven lê o texto aos 26 anos e vive em Bona, um dos centros mais activos do Iluminismo. Os dois têm como amigos vários maçons confessos tais como Goethe, Salieri, Cherubini e Schupanzig que, não sendo um vulto de nomeada como os anteriores, é o líder da orquestra que estreia a 9ª Sinfonia.

Em Bona e me Dresden onde Schiller se dirigia amiúde, circulavam livremente os livros proibidos noutros estados e noutras cidades. No dealbar do século XIX as lojas fervilhavam de actividade vigorosa perdi-

róica, a 3a, a Napoleão.

Tanto Beethoven como Schiller são filomaçons: professam os ideais, os princípios e a prática maçónica. Schiller escreve sua ode para que o seu amigo maçõn a recite na sua loja e onde for preciso. Beethoven, ao ler o texto, decide escrever a sua Sinfonia coral. No entanto, vai usando frases e ideias nalgumas obras de uma maneira velada— ópera Fidélio, fantasia coral entre outras.

Na biografia de Beethoven da autoria de Jean e Brigitte Massin, encontramos fartas referências das convicções filo-maçónicas do mestre: Sobre a sua mesa estão emolduradas duas inscrições do templo de Isis

em Saís as quais se encontravam no livro de Reinhold, publicado sob o pseudônimo de Irmão Decius, em Leipzig, em 1788, cujo título era: "Os Mistérios Hebraicos ou a mais antiga franco-maçonaria religiosa". Este livro vai, também, inspirar Schiller no seu "A Missão de Moisés", ensaio filomacónico no qual afirma que os Mistérios de Samotrácia são uma das fontes da franco-maçonaria. Samotrácio era o nome que ele dava a Schindler, seu companheiro de sempre.

As convicções religiosas de Beethoven radicam-se no Deísmo, fortemente divergente da religião dominante—nas inscrições lia-se: "Eu sou aquilo que é. Eu sou tudo o que é, o que foi e o que deverá ser. Nenhum mortal me levantou o véu. Ele é o único, nascido de si próprio e é a esse único que todas as coisas devem a sua existência."

Nos seus cadernos escreveu: "Aquele que medita com nobreza e pratica actos nobres, esse merece ser lembrado e divulgado

a todos os homens e todos o abençoarão porque foi bom!"<sup>1</sup>. "Quero abandonar-me pacientemente a todas as vicissitudes e confiar-me inteiramente à sua imutável bondade, oh meu Deus. A minha alma alegra-se de ser tua, inquebrantavelmente tua. Sê o meu rochedo, oh deus, sê a minha Luz, sê eternamente o meu repouso"<sup>2</sup>.

"Mostra-me o caminho no longínquo termo do qual me esperam os louros da vitória.

*Empresta elevação aos meus nobres pensamentos, faz-me escutar essas verdades que hão-de permanecer eternas."*

*"Para compreender a minha música o homem tem de libertar-se de todas as misérias terrenas onde está atolado."*

## A Criação da Ode

A ode espelha este sentimento de devir, do aperfeiçoamento contínuo, da busca da verdade não revelada e também do reconhecimento de que o homem é o seu pior inimigo. A Luz eterna, o fulgor do Pai que reina nos céus fecundam e norteiam os ideais de Liberdade. Ela vai unir o que a mísera existência de trevas separou e atormentou. Liberdade em alemão diz-se *Frieden* e alegria diz-se *Freude*. Se Liberdade era impossível usar sob o absolutismo outra vez reinante, alegria era o seu substituto natural. A dualidade dos conceitos completa-se, pois se a Liberdade é o fundamento da condição humana é a alegria que dela emana que a completa. Schiller crê que a aspiração dos povos à Fraternidade levará os países a uma era onde a Razão impera e a Harmonia brota.

A 9ª Sinfonia deve ser tomada como um todo. No 1º andamento, Beethoven descreve o nascimento e a infância. No 2º a eterna luta do homem com o ambiente que o rodeia. O 3º andamento é uma fuga idílica para um estado amoroso e de concórdia aparente que Beethoven rompe, abruptamente, com o início do final. Um caos que representa as trevas e de onde irrompe um homem que quase grita: "Meus amigos! Acabemos com esta cacofonia. Vamos procurar sons mais harmoniosos e calorosos." Estas palavras iniciais

são de Beethoven, não de Schiller! Este entra com o tema principal:

*“Alegria! Mais bela centelha divina, filha do Eliseu. Enebriados pelo teu fulgor divino, entraremos no teu reino celestial.*

*A tua magia une novamente o que os costumes separaram.*

*Sob as tuas asas protetoras todos os homens se abrigarão numa irmandade.*

*Quem já teve um amigo, quem conquistou o coração de uma mulher, rejubilará connosco.*

*Mesmo aquele que só possui alma e nunca amou juntar-se-à a nós e a todos os seres da natureza bebendo dos teus graciosos seios, oh Alegria.*

*Ela beijou os bons, os vilões e o amigo leal até à morte, assim como a serpente do desejo básico, mais o querubim que se ergue diante Deus.*

*Feliz como os cometas que rasgam os céus. Irmãos! sigam o vosso caminho. Abracem-se felizes como o herói depois da vitória e espalhem este beijo por todo o mundo.*

*Alegria!, formosa centelha divina, filha do Eliseu. Enebriados pelo fogo entramos no teu santuário celeste. Milhões!, sintam o abraço fraterno desse Pai que tem de estar para lá da abóbada celeste.*

*Será que enfraqueceis?! Será que não sentis a presença do Criador?!*

*Procurem-no além do firmamento onde ele reina certamente!”*

*Anónimo*

1- Odisseia, canto XIX.

2 - Christian Sturm



## EM JEITO DE DIÁLOGO

**Soberano Grande Comendador:** Sinto que algo te preocupa. Estás entre irmãos. Diz-me o que sentes.

**Mestre Secreto:** Soberano Grande Comendador, sempre tive a ideia, muito antes de fazer parte desta grande família, que a Maçonaria era algo inatingível, uma coisa secreta até, rodeada de rituais obscuros e homens poderosos que na Maçonaria encontravam o local ideal para desencadearem muitas vezes o bem, mas também o mal. Ouvi coisas menos agradáveis e li outras de uma beleza surpreendente. Mas também li que a Maçonaria estava no topo das organizações de comandavam o mundo, sobretudo na demanda de uma nova ordem mundial cujos métodos, poucos ortodoxos, não vão de encontro aos ideais fabulosos desta organização.

**Soberano Grande Comendador:** E é isso que pensas?

**Mestre Secreto:** Soberano Grande Comendador, também o comunismo tem ideais fantásticos, também as religiões defendem princípios fabulosos, também os boémios se pautam por comportamentos apetecíveis, também o capitalismo promete o melhor deste mundo, também a democracia se rege por conceitos nobres e, no entanto, houve falhanços assinaláveis, erros tremendos, horrores inesquecíveis. Sabes Mestre, tal como o comunismo, as religiões, o capitalismo e a democracia, também a Maçonaria é feita de homens para homens. E aqui, Soberano Grande Comendador, está o melhor e o pior dos mundos.

**Soberano Grande Comendador:** Meu irmão? Como ousa um obreiro (mestre secre-

to) falar assim dos homens?!

**Mestre Secreto:** Não, Soberano Grande Comendador. Não falo dos homens. Não tenho essa pretensão nem essa capacidade. Sou um aprendiz e, enquanto homem, serei sempre um aprendiz. Mas falo da virtude, dos vícios, dos maus costumes, da coragem e da cobardia, da justiça, da mentira, da opulência, da inveja, avareza, ira, luxúria, orgulho e preguiça.

**Soberano Grande Comendador:** Errar é humano. Desculpar e perdoar é uma virtude. Os homens são capazes das melhores proezas. Há homens **sábios**, obras **belas** e a **força** dos homens faz derrubar barreiras. Ao Grande Arquitecto do Universo devemos o Princípio Criador que nos permite ser homens livres e de bons costumes. Os homens, amantes da Virtude, da Sabedoria, da Justiça e da Humanidade e imbuídos de um verdadeiro espírito e carácter de apostolado da mais alta moralidade, da prática das virtudes, da **LIBERDADE**, da **IGUALDADE** e da **FRATERNIDADE**, encontram na Maçonaria um veículo para exaltar as virtudes e combater o vício, proclamar a liberdade de consciência, exigir a tolerância, impor o culto à Pátria e o respeito à família, procurando conseguir o bem da humanidade.

**Mestre Secreto:** Meu respeitável Soberano Grande Comendador: Tenho em ti a mais alta estima e consideração, revejo-me nas tuas sábias palavras e ensinamentos, seguir-te-ei enquanto meu mestre, enquanto meu Poderoso Soberano e perdurarás na minha memória e no meu coração pelo respeito e reverência que te devo, pelos ensinamentos dos quais sou aprendiz e sobretudo por aquilo que representas desta nossa mui respeitável or-

ganização. É verdade que a ti te devo o reforço da dedicação à felicidade dos meus semelhantes, sobretudo porque o sentimento de solidariedade é uma qualidade inata, que me faz filho do Universo e amigo de todos os homens. A ti te agradeço por me ajudares a exaltar as minhas virtudes; a ti te agradeço por me lembrares que devo ser um homem melhor, amigo dos pobres e desgraçados, dos que sofrem, dos que choram, dos que têm fome e sede de justiça.

Mas, **Soberano Grande Comendador**, onde está a harmonia das famílias? A concórdia dos povos? A paz do género humano? Tu que sempre me orientaste, sempre me ouviste e sempre me guiaste, diz-me: onde está a Tolerância? A luta contra a hipocrisia e o fanatismo? Onde está a verdadeira solidariedade sem querer receber algo em troca? Onde está aquele formosíssimo preceito que diz, com infinita ternura, aos seres humanos, indistintamente, do alto de uma Cruz e com os braços abertos ao mundo: “Amai-vos uns aos outros, formai uma única família, sede todos irmãos!”?

**Soberano Grande Comendador:** Meu caro obreiro desta nossa Augusta Ordem, Homem entre os homens, determinado e capaz. Encontro-te azedo com os homens...

**Mestre Secreto:** Encontro-me azedo comigo. Não olvido as ofensas que nos fazem enquanto povo, enquanto cidadãos do mundo. Não consigo praticar a Virtude constantemente, pagar o mal com o bem.

Sabes Soberano Grande Comendador, sou amigo da ciência e combato a igno-

rância, rendo culto à razão e à sabedoria, mas vejo à minha volta uma conduta que não contribui para o bem de todos e o seu progresso e engrandecimento, antes pelo contrário. E não consigo fazer nada, Soberano Grande Comendador. Estarei adormecido? Estaremos nós, obreiros desta ordem, adormecidos? **Soberano Grande Comendador**, estamos perante uma crise de valores sem precedentes que requer uma necessidade imperativa de renovar o despertar das nossas consciências. Coloco em causa a minha própria forma de estar na sociedade. Como poderemos nós intervir numa sociedade em que dificilmente podemos perspectivar um futuro próximo? **Soberano Grande Comendador**, ajuda-me.

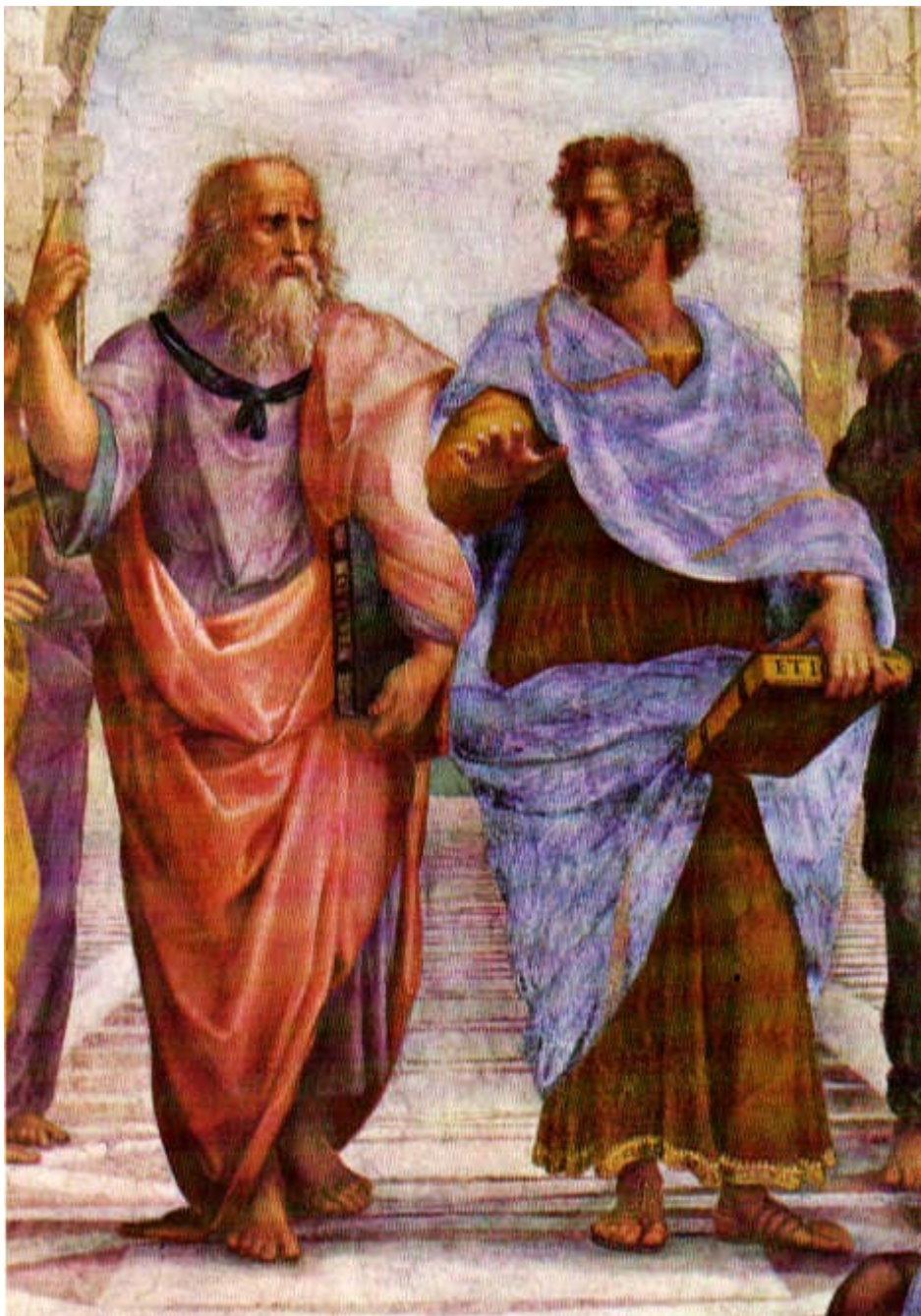
**Soberano Grande Comendador:** Sim! Será preciso renovar a concepção dos mais belos ideais do Direito, da Moralidade e do Amor; derramar por todas as partes os esplendores divinos da instrução e educar a inteligência para o bem; Honrar o trabalho nas suas formas honestas; Condenar o despotismo e trabalhar, incessantemente, para unir a espécie humana pelos laços do amor fraternal.

É por tudo isto que nos nossos Templos se aprende a amar e a respeitar tudo o que a virtude e a sabedoria consagram num local sagrado, sob cuja abóbada os homens livres e de bons costumes devem reunir-se fraternalmente, procurando conseguir o bem da humanidade.

Mas diz-me: no seio da nossa Augusta ordem, no âmago da Maçonaria, não encontras, tu, força e sabedoria, ânimo e coragem, virtude e inteligência, solidariedade e amizade?

**Mestre Secreto:** Soberano Grande Co-





roubo das liberdades e com a infame força do dinheiro sobre os mais fracos.

Vejo a humanidade a regredir, enquanto uns constroem os mais belos feitos e outros destroem sonhos e vidas; vejo a história ser cada vez mais cíclica e os resultados serem desastrosos.

Confesso que gostava de sentir uma Maçonaria mais interventiva, confesso que não gostaria de saber que por trás dos novos paradigmas do mundo actual está a Maçonaria.

Com vigor e mestria pegarei no esquadro e no compasso e traçarei, com elevação espiritual e a excelência da rectidão, um plano que defenda os direitos fundamentais dos meus semelhantes e lhes assegure uma vida condigna; empunharei o macho e o cinzel com uma vontade imparável de lutar contra a maldade e usurpação da soberania,

mendador, humildemente me confesso. Cometo pecados, tenho momentos de preguiça, nem sempre exalto a virtude e nem sempre combato os vícios. Queria mudar o rumo das coisas, queria ser perfeito e justo. Contudo, a perfeição não é para os homens e a justiça depende deles.

Humildemente confesso que estou de mal com o que me rodeia, com o que vejo acontecer, com o conluio da premeditação maléfica e sem escrúpulos. Com a arquitectura de uma nova ordem mundial que não respeita os mais básicos direitos consagrados pela mentira da democracia; com a demência da ganância; com o poder absolutista, com o

na construção de um mundo mais igual para todos.

E também confesso ter consciência que como simples aprendiz - somos sempre aprendizes - e pelo grau que actualmente me é conferido, muitas coisas há, no seio da Maçonaria que desconheço e provavelmente de importância vital e é por isso que provavelmente sinto tudo o que acabei de te dizer.

Mas Soberano Grande Comendador, não posso deixar de confessar que também à Maçonaria, aos meus irmãos, a todos eles, aos mais próximos e aos mais dis-

tantes, até daqueles de quem fazia uma ideia errada, aos mestres secretos, mestres, companheiros e aprendizes, a todos eles devo a ajuda de me terem tornado um homem melhor, mais justo, cada vez mais consciente de que a vida é um processo de aprendizagem sem fim, uma viagem sem retorno, onde nos cruzamos com gente grande, gente capaz, onde ainda vale a pena ser.. **justo**... e tentar roçar na... **perfeição**... e com... **sabedoria**... lutar com... **força**... para fazer coisa... **belas**.

Mais do que nunca, que o Grande Arquitecto nos proteja, que as nossas mãos se deem em cadeia de união e conceda saúde aos enfermos e, à tua frente, me confesso: teu eterno aprendiz.

*Carlos Manuel de Almeida Ribeiro, 9º*



## Será que o Maçom pode mudar?

Assumo ter uma peculiar predilecção por este tema e que a minha atitude de espírito só agora permitiu consciencializar alguma reflexão, tentando minorar a monotonia e as banalidades que, eventualmente, possam permanecer na minha escrita.

Desde que fui reconhecido pelos meus Irmãos, procurei colocar a cúpula indispensável nas minhas reflexões sobre o êxito maçónico e também de progresso em qualquer ramo do saber ou da cultura, iluminado pela reflexão constante e não pela tentação de improvisação irreflectida, tantas vezes apanágio na nossa ordem.

Cedo percebi que o essencial é que o maçom realize algo de válido, participando no desenvolvimento harmónico, qualificado e desejável da humanidade. E, também, aprendi que a falibilidade dos juízos de valor dos homens é, por vezes, prevalente.

É pois vulgar os que, sem respeito e abusivamente, banalizam o trabalho realizado individualmente, criticando-o negativamente sem antes procurarem principalmente as ideias pertinentes que cada trabalho tem, realçando-as.

Entendi que a opção pela superficialidade de notoriedade e de escolha em função do aparecimento frequente em reuniões mundanas ou públicas não será o melhor, pelo que se exige reiterado e porfiado desvelo no caminho maçónico a percorrer, de forma a justificar plenamente a escolha e evitar a ubiquidade, o silêncio cúmplice e a prolixidade de acontecimentos ausentes de inovação e audácia.

Na verdade, o caminho a percorrer é mais o do reconhecimento pelo saber, pelo carácter e pela honestidade do maçom, em prejuízo da ideologia ou crença que professa. Há que dar destaque também à importância da simbologia mítica como acontece, por exemplo, com Che Guevara, médico e herói, a quem se reconhece a singularidade do valor intelectual, cultural, anímico e de imensurável coragem revelada e de enquadramento numa onda de sonho e de expectativa.

É ainda um caminho que não fecha os olhos aos aspectos ambientais, onde a poluição deve permanecer em manifesto actualizado sobre as verdadeiras causas e perigos deste flagelo para a humanidade e que permanece indomável.

No epicentro destas e outras reflexões para as quais o trabalho maçónico nos pode despertar é comum nas instituições que reúnem homens e mulheres, independentemente da excelência dos princípios que presidam à vida dessas organizações como é o caso da maçonaria, haver uma preocupação essencial com as questões éticas.

A grande pertinência na fundamentação de sólidos princípios éticos é matéria qualificada para sanar a vida colectiva de muitas organizações se os seus associados assimilassem o que é dito. Exige-se do maçom a consolidação de princípios éticos, contribuindo para orientar e modelar o seu percurso, e até revolucionar a história maçónica.

Na actuação do maçom, a tónica há que ser colocada não na intensidade dos trabalhos realizados mas, de preferência, na sua qualidade.

Hoje, como homem de pensamento livre, vinculado na vida profana, o maçom deve

emitir as suas mensagens com uma maior inteligibilidade sugerindo rumos claros e objectivos para a humanidade e para o aperfeiçoamento da sociedade, projectando, pelo seu exemplo os valores da verdade e de fazer o bem.

Torna-se imperativo para o maçom indagar na sua história pregressa os acontecimentos axiais, próximos e remotos, que no valor do tempo a modelaram e estigmatizaram.

O verdadeiro maçom preocupa-se essencialmente com o provir, procurando demonstrar, ademais, na sua prática quotidiana, um carácter impoluto e o culto da verdade. Assim, criará empatia com a sociedade profana, adquirindo a sua indispensável confiança. Saberá que qualquer contratempo que a vida possa trazer não deve ser usado como pretexto para não assumir as suas responsabilidades. Interiorizará que os valores morais nobilitam um líder.

O factor primacial para se processar solidamente o crescimento interior do maçom centraliza-se na vontade de saber, que se assume como o máximo valor. O Irmão é o elemento fulcral no passar conhecimentos e deverá ser exigente. Quem possui o carisma para o desempenho de funções de liderança tem aptidão para transmitir aos neófitos regozijo pelo trabalho, pela aquisição do saber, motivando-os. Ao mesmo tempo incentiva a dignificação global das virtualidades dos obreiros e não só as referentes ao intelecto.

À maçonaria é adequado clarificar objectivos comportamentais quanto à responsabilidade e à liberdade para dignificação do ser humano, bem como manter vigilante e em espírito que é efémera a oportunidade de desenvolver o pensamento crítico por-

que a aprendizagem tende a confinar-se na superficialidades. Desta forma, é desejável a fórmula usada nos altos graus quanto ao encurtamento do interstício no caminho a percorrer. Ao bom senso merecia ser erigida uma estátua.

Afigura-se pois salutar a não existência de interrupções de longa duração no estudo maçónico e adopção preferencial de cordialidade e simplicidade que estimulem a participação e cooperação dos diferentes actores nas actividades de pesquisa sobre todos os temas a trabalhar na conquista da cultura que confere beleza, valorização intelectual e espiritual, incentivando as próprias potencialidades humanitárias.

**Ao bom senso merecia  
ser erigida uma estátua**

Todos estes factores ajudarão a rasgar promissores horizontes nos diversificados ramos de saber e dificultarão o aparecimento de zonas de penumbra originadas pelo surgimento de apócrifos heróis ou do predomínio do sectarismo radical, da vaidade, da iniquidade, das fraquezas humanas. E apenas existe uma coisa para a qual o maçom não tem paciência: a injustiça. Todo o verdadeiro maçom luta pela dignidade humana em todas as ocasiões.

Um genuíno maçom deverá combater o fanatismo por o considerar nocivo e entrave ao raciocínio, possuir ambição porque esta implica movimento e reflecte bom exemplo para os Irmãos. Rejeitar a própria inércia comportamental porque vicia e prejudica, devendo ser ambicioso no viver e diligenciar por uma atitude autónoma, dialogante e de avisada cumplicidade. Na sua vivência quotidiana deve dedicar-se à

descoberta da amizade e à aprendizagem da solidariedade. Ser frugal e assim poderá ser generoso.

O maçom aprende que a vida é uma longa série de despedidas e que apenas as circunstâncias o poderão surpreender. Sente gratidão pela vida que lhe foi concedida. E, apesar de não a desejar, não teme a morte, porque acredita que o trabalho iniciado por si, outros podem terminá-lo.



**O verdadeiro maçom preocupa-se essencialmente com o provir, procurando demonstrar, ademais, na sua prática quotidiana, um carácter ímpoluto e o culto da verdade.**

É pois num turbilhão de esperança e pujante força anímica de mudança na mente de cada maçom que está a confiança no ser humano e no respeito pela verdade, fomentando a cooperação e transmitindo uma mensagem de optimismo na consolidação da nossa Ordem.

*Raúl Amado, 32º*



## Da perfeição expressa em serviço... à reconstrução do Templo, discretamente.

*Em democracia, as elites só são dignas desse estatuto quando conseguem fazer progredir a sociedade em que actuam, isto é, quando são simultaneamente vanguarda e referencial que a sociedade toma para si própria. Ficar-se pela ideia de vanguarda, desprezando o sentir e as preocupações das pessoas comuns, não é próprio dos intelectuais orgânicos mas antes de autocratas.” Estas palavras não são nossas. São comentário muito recente de um catedrático com quem aprendemos e que assim reflecte sobre a insuficiência dos objectivos correctos e das boas ideias para resolver os problemas dos cidadãos. Ainda de acordo com a mesma fonte, “é imprescindível que as pessoas compreendam os objectivos e adiram às ideias, e aceitar o contraditório, para viabilizar a construção dos apoios sociais necessários à mudança desejável. “*

O citado comentário tem motivação política, quiçá uma ponta de despeito, relacionada com o afastamento de cargo público em que procurou empregar a sua inegável experiência e reconhecida qualificação até, alegadamente, ter colidido com os interesses de uma agenda oportunista e cativa de um programa fundado em valores dificilmente conciliáveis.

Obviamente não é esse o contexto que pretendemos salientar porque, para além

de controverso, a troca da integridade e da competência pela confiança política e pelo favor é apanágio de uma democracia com pouco escrutínio e só subsiste com a nossa convivência.

Ao invés interrogamo-nos, também nós, se fazemos tudo o que está ao nosso alcance, a nível individual e colectivo, pelo aperfeiçoamento da sociedade e da cidadania? Sendo certo que a reconstrução do Templo carece do cultivo de nobres princípios, da adopção de condutas ética e moralmente exemplares, e do domínio da ciência e da técnica, não faltará estabelecer um plano de trabalhos no Caderno de Encargos desta empreitada, para que o nosso Projecto não se torne obra de Santa Engrácia?

Não contestamos que devemos prosseguir o recrutamento de homens livres e de boa reputação para instruímos nos nossos mistérios e valores intemporais. Mas o alcance da nossa voz é limitado, desde logo porque nos fechamos em círculos restritos para partilharmos o nosso credo e os nossos segredos em surdina. Somos o que pensamos; e pensamos bem e falamos melhor. Mas quem nos escuta?

A sociedade labuta e sobrevive num afã quotidiano orientado para a satisfação de necessidades imediatas. A renda da casa, o pão na mesa, a saúde, o trabalho e o rendimento, a escola dos filhos, a folga e o descanso.

A religião perdeu seguidores, sobretudo nas cidades. Restam alguns fiéis e muitos aflitos e desamparados.

A população está geralmente informada, dado que proliferam os noticiários e o digital amplifica todas as opiniões, mas não lhe sobra muita disponibilidade para re-

flectir sobre a informação e ainda menos sobre matérias filosóficas. Tal é a dinâmica de vida de boa parte das nossas comunidades.

Por felicidade o nosso regime é democrático e as eleições são livres, mas pouco participadas. Uma maioria de cidadãos vulneráveis, incapacitados, alheados ou conformados, abstém-se da sua pronúncia indelegável e, por omissão, apequena o cálculo eleitoral. A militância é naturalmente disciplinada e por isso não surpreende. Já outra amostra popular revela ser mais sensível à imagem do que à mensagem – credita confiança à empatia. Sobra assim uma quantidade relativamente modesta de votos que traduzam uma avaliação mais efectiva do merecimento dos candidatos e do seu programa de acção. Para bem de todos, há que mudar este quadro de realidades que reflecte um outro tipo de pobreza – a pobreza cívica que é simultaneamente cultural e social.

Assim como o corpo sem a alma é morto, também a fé sem obras é morta.

Perdoe-se esta observação, certamente desajustada, mas vem-nos à memória o ideal Maoista “Luta Dura, Vida Simples e Pensamento Elevado” que sugeria que a receita para a felicidade e o bem-estar da população radicava no Trabalho, na Humildade e na Igualdade. Essa doutrina era tão bela quanto se tornou perversa, atendendo à miséria humana que resultou das desastrosas políticas económicas implementadas durante a governação daquele intelectual e líder do país mais populoso do mundo. A promoção do desenvolvimento, a redistribuição da riqueza e a prestação

de serviços públicos são funções do Estado que requerem justo exercício e apoio social. E também a justiça necessita, para além de isenção e misericórdia, de uma moral mais utilitária, para que o processo não banalize a acção penal. Afigura-se ainda suficientemente consensual que, se contribuirmos para a erradicação de todas as formas de pobreza na sociedade, a política será mais escrutinada pela própria cidadania, as Leis serão mais universais e os vícios diminuirão por falta de terreno fértil para a sua propagação.

Com a necessária modéstia abrimos o L.: da L.: em São Tiago (2:8) que ensina "Mostra-me a tua fé sem obras e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras" e ainda "Assim como o corpo sem a alma é morto, assim também a fé sem obras é morta. (2:16)"

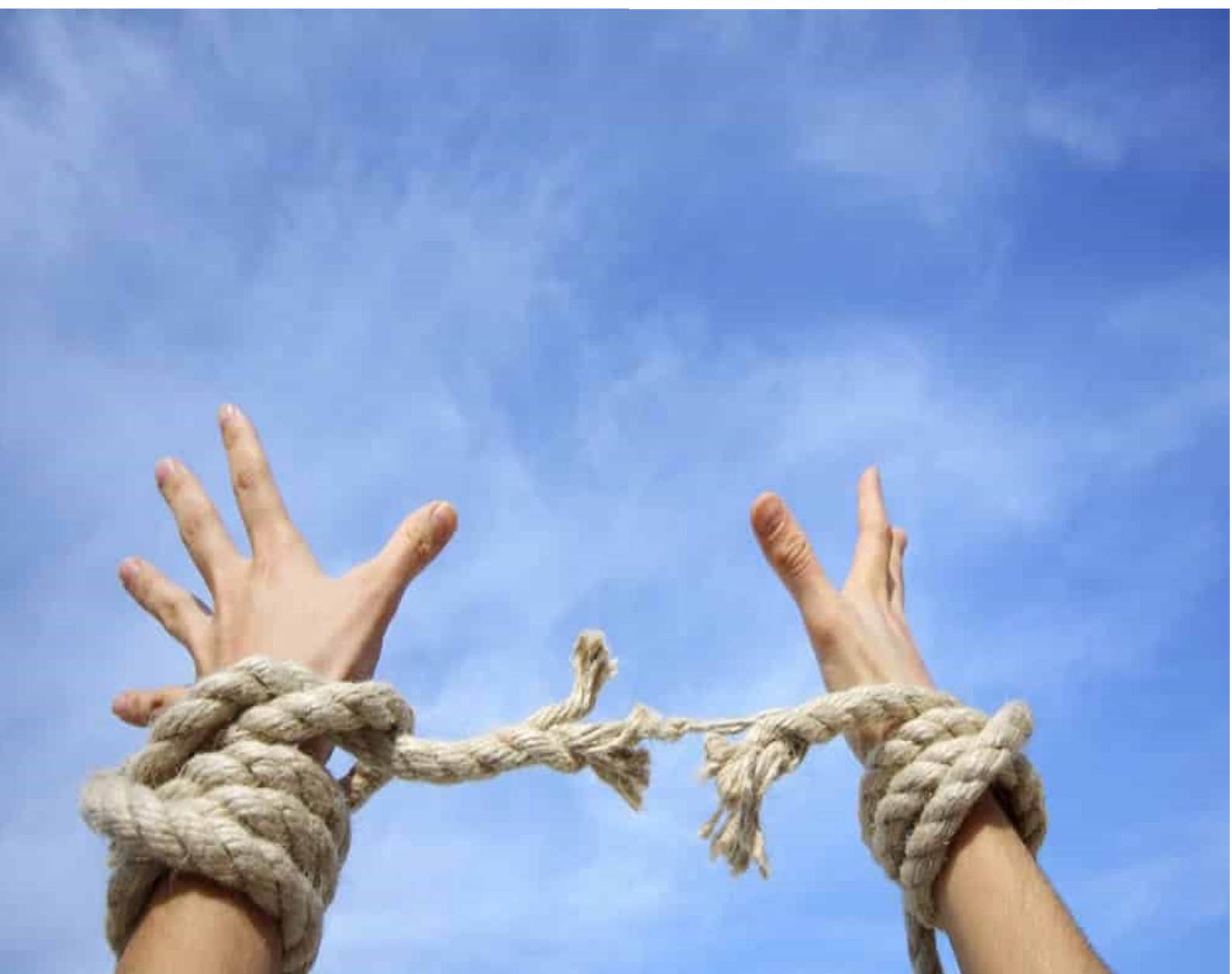
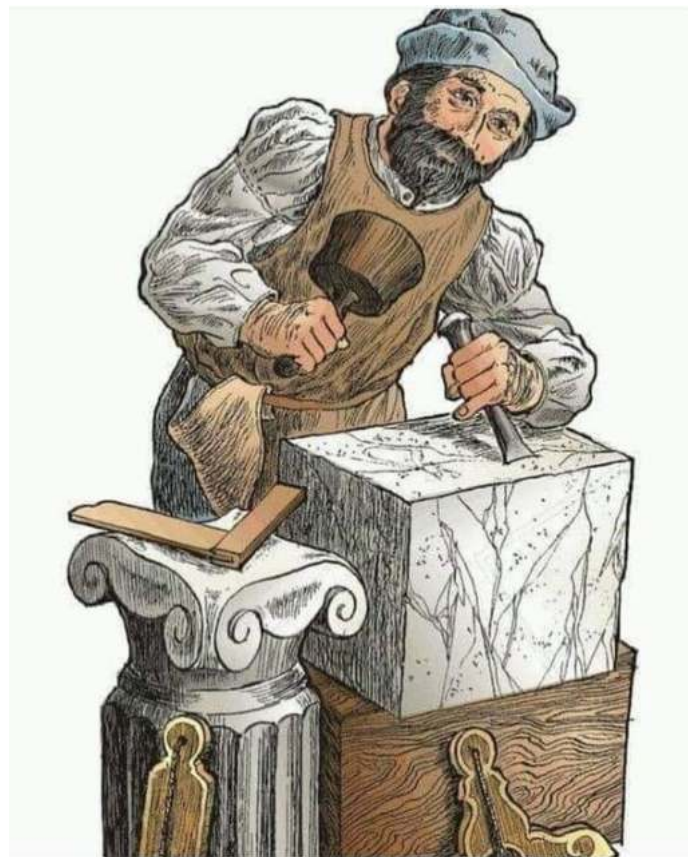
É portanto nossa convicção de que é possível continuar a cavalgar a ciência e a coragem, como a moralidade e a justiça, e unirmos esforços para reconstruirmos o Templo simbólico em tempo útil. Se assim procedermos, não tenhamos dúvidas, deixaremos uma herança ainda mais nobre para aqueles que nos acompanham neste mundo.

E acreditamos que a M.: Escocista não precisa de “aparecer” para actuar mais efectivamente. Querendo, e empregando os recursos profanos que oportunamente constituiu, a M.: Escocista pode tornar-se um agente de mudança na formação cívica das comunidades. Com uma actuação organizada e consequente, poderemos participar numa alteração de paradigma, mobilizando a maestria dos O.:O.: e recorrendo a subempreiteiros competentes e socialmente responsáveis, preparando boas especificações e manuais de pro-

cedimentos, promovendo acções de formação e sensibilização, e criando observatórios que fiscalizem e reportem o progresso da obra.

Fazemos assim coro com os I.: I.: que nos precederam na reflexão sobre o nosso “modus operandi”. Sem prejuízo, como aqueles, respeitamos quem pensa de forma diversa, designadamente no seio do nosso Conselho de Cavaleiros, e mantemo-nos fieis às determinações do S.: C.:

*Luis Reis Borges, 18º*







*Arma-te com a tocha dos Mistérios,  
E na noite terrestre  
Descobrirás o Teu Duplo Luminoso  
A tua Alma Celeste.*

*Segue o Guia Divino  
E que ele seja o teu génio, Pois ele tem a chave  
Das tuas existências passadas e futuras.*

*Escutai em vós mesmos  
E olhai no infinito  
Do Espaço e do Tempo.*

*Aí ouve-se o canto dos Astros,  
A voz dos Números,  
A harmonia das Esferas.*

*Cada Sol  
É um pensamento de Deus  
E cada Planeta  
Um modo deste Pensamento.*

*Conhecer o Pensamento Divino,  
Ó Almas!  
É a razão pela qual vós desceis  
E subis penosamente  
O caminho dos céus...*

*Que fazem os Astros?  
Que dizem os Números?  
Que rolam as Esferas?*

*Ó, Almas perdidas ou salvas!*

*Eles dizem,  
Eles cantam,  
Eles rolam os vossos destinos!*

*Hermes Trimegisto*

## A MÓNADA E A MAGNIFICÊNCIA DOS NÚMEROS

*Há dois sóis e um pôr-do-sol; todo o fim é um recomeço e um bem absoluto e não existe nenhum inferno a não ser o nosso medo.*

### I — Introdução

Se a alma é imortal, então deve ter existido sempre, pois o que é imortal não pode ser criado.

As coisas são mortais ou imortais, ou uma ou outra e, então, se são mortais, quer dizer que nasceram e têm de morrer e, se são imortais, não podem ter nascido nem podem morrer.

Mortalidade significa sujeição à vida e à morte e imortalidade significa imunidade às duas.

Na asserção de Séneca, um dos principais inspiradores do estoicismo no Renascimento, contida na sua “Carta a Lucílio”, XCI,16, “*As cinzas, a todos, dão igualdade. Nasceremos desiguais, mas morreremos iguais*”. Assim, a morte é o grande equalizador.

Todavia, como dizia um filósofo grego “Sem a doutrina da metempsicose não é possível justificar os caminhos de Deus” pelo que, se gozamos, merecemo-lo; se sofremos, merecemo-lo; em ambas as situações, através dos nossos esforços e empreendimentos, e não por acidente, nem devido aos méritos ou deméritos dos nossos antepassados, nem à “predestinação” ou “escolha” desse destino. A ser assim, é imperioso aceitar que nos foi dado o entendimento para suportar estoicamente os sofrimentos e misérrias desta vida sem amaldiçoarmos o des-

tino ou acusar de injustiça o divino. E que também nos é dado um incentivo para tirarmos o supremo partido das oportunidades actuais, a fim de passarmos para condições melhores e mais cabais nas próximas vidas.

A nossa passagem por esta Terra deixa assim de ser o efeito de um capricho do destino ou o resultado da sorte, apresentando-se como uma simples estação na longa jornada que fazemos por este mundo. Antes de nascermos, já vivemos, sendo esta vida a sequela e o resultado das anteriores. Temos uma alma que devemos purificar, melhorar e enobrecer no decurso da nossa estadia na Terra ou, tendo já completado uma vida imperfeita e perversa, somos constrangidos a começar uma nova, esforçando-nos assim para ascender ao nível dos que avançaram para planos superiores.

Não é esta a pedra angular da nossa A\ O\



e da construção do nosso templo interior que postula a crença numa mente criadora e na imortalidade da alma?

As leis naturais universais elucidam que se a alma é imortal, deve tê-lo sido sempre, não sendo possível transformar algo mor-

tal em imortal e, tão pouco, transformar o nada em algo. Uma vida futura implica, espontaneamente, uma vida passada, tudo sendo experiências essenciais à educação da alma e ao avanço necessário ao usufruto dos estados superiores do ser.

A esse desiderato importa o conceito de reencarnação que ao longo da história foi adotado, desde a teoria egípcia da alma aos ensinamentos de Platão sobre o prisma moderno da vida eterna, pleno de argumentos e evidências que suportam a ideia de que a alma é como “um viajante numa longa jornada”.

Singela e transversalmente a todas essas doutrinas, mediante a exegética da história da humanidade, depara-se-nos sempre a noção de que há um espírito que sobrevive à morte, bem como a ideia mais ou menos vaga e imprecisa de que, por alguma razão ou de algum modo, um dia o espírito da pessoa regressa à exis-

espírito é imortal e sobrevive à morte do corpo é porque viveu seguramente antes do último nascimento, devendo ter, portanto, uma longa cadeia de vidas atrás de si – este é o segundo passo.

E o último acontece quando o homem começa a ponderar que a próxima vida depende de algo já realizado, ou deixado por fazer, na vida hodierna.

Ademais, tudo isso encaixa no princípio científico da conservação da energia, o que vale por dizer que nenhuma energia se cria ou se perde, mas que toda a energia não passa de uma forma da energia universal, que flui de forma em forma, de manifestação em manifestação, sempre a mesma, mas numa miríade de formas, sem nunca nascer nem morrer mas avançando em frente para novas manifestações, tendo pela frente uma eternidade de progressão por zonas de conhecimento e de experiência espiritual cada vez mais



tência terrena assumindo novas vestes carnis, sói dizer-se, um novo corpo. E é aqui que radica a ideia de reencarnação, sendo que quando o homem evolui um pouco, começa a reflectir que, se o

próximas do sol central. Para poder tornar-se um “deus”, o homem tem primeiro de se transformar num homem perfeito e não é crível que o possa fazer em setenta anos de vida na Terra, nem qualquer nú-

mero de anos de vida em que as condições humanas estejam ausentes.

Depois, se fossemos meras vítimas de uma lei evolutiva, átomos indefesos com os quais os mecanismos da natureza jogam impiedosamente, talvez a perspectiva de uma sequência de encarnações, nenhuma delas satisfatória, nos conduzisse ao desespero e à loucura quando elas adequam uma lei para o homem porque são as condições da sua progressão, que é por seu turno uma lei, mas ele pode moldá-las, melhorá-las e diminuí-las. Sem poder livrar-se dos mecanismos – e nem deve sequer tentá-lo – o homem tem o poder de se guiar para o melhor, motivado a utilizar esse poder, pode harmonizar as aspirações e os esforços com o sistema que expressou a infinita sabedoria do supremo e, ao longo da caminhada entre o temporal e o eterno, palmilhar o caminho em andamentos firmes, apoiado pela consciência de ser um no meio de uma multidão infinita, podendo finalmente alcançar a esfera onde o nascimento e a morte não passam de memórias do passado.

## II — A Mónada Pitagórica: O número é o princípio de tudo o que existe

**Para os pitagóricos, os números são as sementes de tudo o que existe, todas as coisas são números. O número é o princípio que governa a estrutura do universo.**

É indispensável aproximarmos-nos dessa ideia para podermos aprofundar a concepção de beleza que eivou essa doutrina.

Cada número é uma realidade, tem um significado, contém uma ideia que, ao de-

envolver-se, ao iniciar-se, desencadeia um processo que se reflectirá em diferentes fenómenos: é o processo de emanação, e foi explicado por meio do monocórdio e da cosmogonia pitagórica.

H. P. Blavastky, in *"Filósofos antigos, críticos modernos"*, denota como, para Platão e seus discípulos, as espécies inferiores eram imagens concretas de espécies superiores abstractas. *"O espírito, que é imortal, tem um princípio aritmético, assim como o corpo tem um princípio geométrico."* A sua ideia principal era que sob as formas, mudanças e outros fenómenos do universo, havia um princípio de unidade permanentes.

Esta é uma das doutrinas do pitagorismo, a da emanação. Unidade na multiplicidade, o Uno evoluindo para o muito e interpenetrando-o. Na teorização de W. Archer Butler *"O mundo é, portanto, uma aritmética viva no seu desenvolvimento, uma geometria executada no seu resto."*

Assim, a génese começa com os números das Ideias, continua com as figuras geométricas dos números; e em objectos físicos, de sólidos geométricos.

*"O ilimitado é o Um como uma divindade absoluta e não manifestada, o limitado é o cosmos como uma expressão daquela Primeira Ideia ou Unidade"* (Delia Steinberg).

*"Espeusipo, Xenócrates e o seu mestre Platão conceberam essa ideia da mesma forma. O Um não existe, não é, não aparece. Até que Ele se unisse ao múltiplo (a existência emanada), nenhum ser foi produzido. Ele está tanto no centro quanto na circunferência, mas é apenas o reflexo do Divino."*

*Pitágoras concebeu a mónada que, após dar origem à dupla, se retira para o silêncio*

*cio e a escuridão e cria a tríade. A década mística pitagórica foi uma forma de expressar isso:*

$$1 + 2 + 3 + 4 = 10$$

*Um é Deus; dois é matéria; três, a combinação da mónada e da dupla e, participando da natureza de ambas, é o mundo fenomenal; a tétrade expressa o vazio das coisas; e a década, ou soma total, abrange todo o cosmos” (H. P. Blavatsky).*



Segundo o processo inverso e usando a ciência matemática, Pitágoras conseguiu elevar a mente do conhecimento dos seres corpóreos ao incorpóreo e eterno: os Números.

Assim, dez é década e Tetractys. Década como o desenvolvimento formal do cosmos e Tetractys como os quatro estágios desse desenvolvimento.

Segundo H. P. B., o triângulo de dez pontos expressa simbolicamente um tratado de cosmologia e filosofia, onde teologia, antropologia, matemática e todas as ciências, ética e estética estão integradas.

Cada lado tinha um significado qualitativo: verdade (ciência), bondade (religião e filosofia), beleza (arte). Expressa ainda uma ética profunda e uma estética formal e transcendente no sentido de que toda a expressão dessa emanção, todo o reflexo do número é belo, logo, ético.

E foi por isso que a mística dos números passou a expressar-se, na Grécia clássica, em todos os tipos de manifestações harmônicas, desde palavras até à arquitetura ou à música.

H. P. Blavatsky (*Glossário Teosófico*) abona que *“existe uma ciência sagrada dos números, conhecida por vários nomes, que era ensinada nos templos da Ásia e do Egipto. Esta ciência é de extrema importância para o estudo do oculto, pois fornece-nos a chave de todo o sistema esotérico. O mistério de todo o universo funda-se, com pouquíssimas exceções, nas hierarquias e nos verdadeiros números desses seres, invisíveis para nós”*.

Na *Doutrina Secreta*, Vol.II. Seção II a fundadora da teosofia ensina que “... A própria natureza poderia ter ensinado à humanidade primitiva os princípios de uma linguagem de símbolos, numéricos e geométricos. Portanto, encontramos números e figuras usados como expressões e anais do pensamento em todas as escrituras simbólicas arcaicas... Cada cosmogonia começou com um círculo, um ponto, um triângulo e um quadrado até 9, todos então sintetizados pela primeira linha e um círculo, a mística Década Pitagórica, a so-

ma de tudo, englobando e expressando os mistérios de todo o Kosmos. "

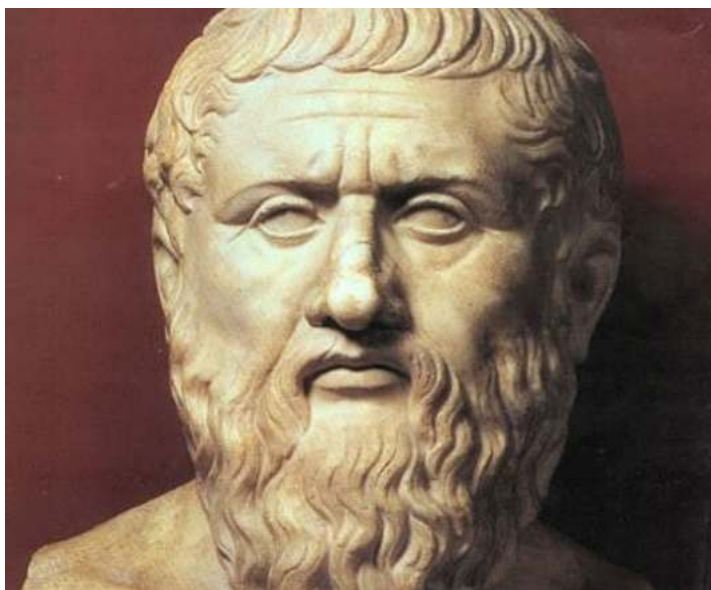
Esse conhecimento, recolhido no Oriente por Pitágoras, seria transmitido na Europa ano seio da sua Escola de Filosofia da Magna Grécia, sendo tais conhecimentos científicos, matemáticos e filosóficos parte integrante do legado recolhido pelos gregos da época clássica, desde o Egito, à Índia e à Mesopotâmia. Nas antigas escolas gregas, ensinava-se que os números ou Ideias são expressos por meio de factos geométricos, a partir dos quais todas as coisas são criadas. Nas palavras de Platão: *"foi em virtude da acção das ideias e dos números que todos os géneros constituídos receberam de Deus suas figuras"*.

Platão dividiu o estudo da matemática em quatro disciplinas, as mesmas que eram ensinadas na Escola Pitagórica: ARITMÉTICA, GEOMETRIA, MÚSICA E ASTRONOMIA, Ciências que não se limitavam ao aspecto formal das coisas, mas eram meios para conduzir a alma à percepção dos ritmos, das proporções e da Harmonia que rege o Universo.

Assim, a aritmética seria o estudo do próprio número, das leis eternas da natureza; a geometria exprime as formas que surgem dos números e cumpriria a função de direccionar a alma para a compreensão do que ela sempre é, por meio de símbolos e formas; a Música ou movimento harmónico é o estudo de proporções e medidas nas artes, para que o ser humano aprenda a harmonia do Universo e a astronomia consente ao homem a contemplação e o conhecimento de seres perfeitos, não se cuidando unicamente de olhar para o céu para medir e obter dados, mas sim de compreender as relações do cos-

mos como um todo ordenado.

É manifesto que os números não eram então compreendidos como são hoje, em que são actuáveis para cálculos, para negócios, ou para determinar quantidades e medidas. Eles iam mais longe pois eram a manifestação de um Princípio invisível, eram o símbolo de um arquétipo, ou o que Platão viria a desenvolver como "A



Ideia". Os gregos não empregavam figuras como as que usamos hoje, pois o seu sistema de numeração tinham correspondência com as letras do alfabeto e cada palavra e cada nome tinham uma chave numérica.

Segundo a tradição é atribuída Pitágoras a asserção de que: *"Tudo está organizado de acordo com o número."*

A noção do número que governa o Universo, também foi outorgada por Platão.

E a palavra Filosofia, cuja lavra é atribuída a Pitágoras, significa Amor à Sabedoria, um Conhecimento (logos) que se atém à essência das coisas, ao que é permanente e invariável, mas que no mundo manifesto está sujeito a leis, relações, qualidades, etc. O filósofo busca a compreensão das leis invisíveis, do que sempre É e, portan-

to, do que constitui o Real. Essas leis eternas, como modelos arquetípos, são governadas por Ideias-numéricas.

“Tudo o que a natureza arrumou no universo parece ter sido, tanto nas suas partes como no todo, determinado e ordenado de acordo com o número, pela clarividência daquele que criou todas as coisas ... De acordo com o número, como em conformidade em um plano artístico, todas as coisas foram criadas, e o tempo, o movimento dos céus, as estrelas e todos os ciclos de todas as coisas. ”

(*Nicómaco de Gerasa*. Neo-Pitagórico século I DC)

O conceito de número puro liga-se a princípios ou símbolos que a Natureza contém e cujas representações geométricas coincidem em distintas civilizações longínquas e desconhecidas.

Na revelação de H. P. Blavatsky: *“A filosofia nunca poderia ter formado o seu conceito de divindade lógica, universal e absoluta, se não tivesse nenhum ponto matemático dentro do círculo, no qual basear suas especulações”*.

*“A doutrina dos números foi revelada aos homens pelos deuses. O som e a harmonia deram origem ao mundo do caos, construído de acordo com as proporções musicais. ”* (v. Dou. Sec. Volume II. Seção XIV)

Segundo a Teogonia (Conjunto de divindades cujo culto constitui o sistema religioso de um povo politeísta) Pitagórica:

A Mônada é o princípio de todas as coisas. Da mônada e da dupla indeterminada, os números; dos números, os pontos; dos Pontos, as linhas; de linhas, superfícies; de superfícies, sólidos; destes, os

corpos sólidos cujos elementos são quatro: Fogo, Água, Ar, Terra; em tudo isso, transformado (correlacionado) e totalmente mudado, o mundo consiste. ” (HPB *Doutrina Secreta*, Volume II. Seção XII).

O número como parte principal de um mundo, a Mônada, da qual os outros pontos surgem como emanações ou movimentos do ponto. Os pitagóricos usavam arranjos de pontos geometricamente, dando origem aos números figurativos que definem as características de vários grupos de números por meio de seu crescimento geométrico. O número puro, despojado da figura, é o início da série dos números naturais. Portanto, "Um" é o princípio de unidade, identidade, harmonia, empatia. E "Dois", de desigualdade, dualidade, discórdia.

Nicómaco, define o número como uma multidão limitada (conjunto finito), uma combinação de mônadas, é uma série animada que surge da Unidade. Da mesma forma, Helena Blavatsky elucida que para os antigos *“todo o Universo, metafísico e material, estava contido e podia ser expresso e descrito pelos dígitos que o número 10 encerra, a Década Pitagórica”*. *Na Década, a partir do sistema dedutivo de Platão, a parte plural da Unidade ou os dígitos emergiram da Década para serem finalmente reabsorvidos no círculo infinito. E mais tarde ele escreve que no plano superior o Um não é um número, mas um zero, um Círculo. No mundo manifestado, torna-se 1, origem da sequência dos números naturais. “Os números ímpares são divinos, até mesmo terrestres ...”* (HPB *Doutrina Secreta*, Volume IV. Seção X).

O Um, então, é o Bem, o princípio da Identidade, a Harmonia absoluta. A palavra latina *Solis* está relacionada ao único Deus

e ao Sol. Na geometria, está relacionada ao ponto como uma entidade adimensional, da qual todas as formas se originam.

Dois é o primeiro número par feminino. É dualidade, oposição, polaridade, diferenciação, discórdia. É o estado imperfeito

crescimento. Eles são os três aspectos da Divindade no mundo manifestado, na natureza e no homem.

Os Quatro, representados por um quadrado ou pela primeira figura sólida de quatro lados, o Tetraedro; relaciona-se com a per-



Pirâmide Vermelha—Gizé

em que o primeiro ser manifestado caiu quando se separou da Mónada, criando a bifurcação entre os dois caminhos do bem e do mal. Geometricamente, é o primeiro movimento do ponto que gera a linha.

Três é o primeiro dos números ímpares, masculino. Relacionado com a primeira figura plana que é o Triângulo. É uma força geradora, um princípio de formação e

feição no mundo manifesto.

Segundo Blavatsky, os pitagóricos ensinavam que a Alma é um número que se move por si e que contém o número 4; e o homem espiritual é o número 3.

Essa união de 3 e 4 é observada na figura da pirâmide, onde os quatro lados convergem num vértice formando um perfil triangular, sintetizado pelos pitagóricos nos tetraktys. Essa figura triangular, composta



pelos primeiros quatro números dispostos em forma de pontos, soma dez no total e representa o Universo ordenado como uma unidade de forças em que o Todo está relacionado às partes.

Metade de dez é cinco, composta de um binário e um ternário. É a união entre o princípio feminino e o masculino. Símbolo de Afrodite como gerador de Amor, é Harmonia, Saúde e Beleza. Relacionado ao Dez, como seu reflexo, está o Microcosmo dentro do Macrocosmo. Expressa uma sincronia entre o ritmo da Alma humana e o do Universo. A imagem gráfica é a estrela de cinco pontas ou pentagrama. A relação com os cinco elementos e os cinco sentidos vai além do aspecto físico, pois o quinto princípio que se eleva acima dos quatro aspectos materiais se expressa neste número. É a consciência humana desperta, o homem que cresce em Harmonia com o Universo.

Seis expressa as direcções do espaço, as seis faces do cubo. É estabilidade e equilíbrio na natureza manifestada. HPB relaciona esse número à suástica hindu e à evolução do Cosmos. Foi considerado um emblema de natureza física. Representado por um duplo triângulo equilátero ou por um hexágono (polígono com seis lados), é a mistura dos Três Fogos e das Três Águas, da qual resulta a procriação dos elementos de todas as coisas.

A mesma figura dos dois triângulos com direcção oposta ou estrela de seis pontas, mais um ponto no centro representam Sete. É a forma física mais a alma imortal. É um símbolo da Vida Eterna, da qual não tem Princípio, pois o 7 não pode ser produzido por nenhum outro número nem é divisível. Portanto, é perfeição. Por ser a união do Três e do Quatro, expressa a

constituição para o actual ciclo evolutivo, presente no simbolismo das diferentes religiões.

No ser humano é a união dos quatro princípios físicos mais os três espirituais.

Do Oito, há pouco que pode ser expresso no nosso actual estado evolutivo. Blavatsky identifica-o com o movimento eterno e a espiral dos ciclos. Relacionado ao símbolo matemático do infinito (8) e ao Caduceu de Hermes. É a respiração regular do Cos-



mos.

O Nove ou ternário triplo “é o número que se reproduz constantemente sob todas as formas e figuras ao longo da multiplicação. É o sinal de todos os círculos, já que seu valor em graus é igual a 9 (3 + 6 + 0).”

E o Dez que fecha o ciclo, traz todos os dígitos de volta à Unidade dentro de zero. Símbolo da Divindade, do Universo,

é o Macrocosmo, onde existe uma ordem perfeita e harmónica.

De acordo com N. De Gerasa, *“Como o Todo era uma multidão ilimitada, era preciso uma ordem... Na Década é onde existia um equilíbrio natural entre o todo e os seus elementos... Portanto, o Deus que dispõe com a arte usou a Década como um cânone para o todo”*.

Afirmção análoga encontramos-la no tratado de Vitruvius sobre arquitectura para a composição de edifícios.

A propósito, Blavatsky afirma na *Doutrina Secreta* (Volume IV, seção X) que *“O universo inteiro pode ser explicado e descrito pelos dígitos incluídos no Dez, a Década Pitagórica... Ele representa o universo e a sua evolução a partir do silêncio e das profundezas desconhecidas do Espírito.”*

### III – As Mónadas como substâncias espirituais da realidade criadas por Deus - a monadologia em DESCARTES, LEIBNIZ, NEWTON e KANT

Segundo Leibniz, *“Nem duas nem uma substância, mas uma pluralidade infinita de substâncias: as mónadas”*.

Afirmção controversa.

A controvérsia teve as suas raízes na Lei de Descartes sobre a quantidade de movimento, definida no seu *Principia Philosophiae*, datado de 1644.

Descartes acreditava que Deus, a causa geral de todo movimento no universo, preserva a mesma quantidade de movimento e repouso, colocados no mundo no momento da criação.

Para o matemático francês, a conservação da quantidade de movimento seria derivada da perfeição de Deus, pois o Criador é, em si, imutável e todas as suas opera-

ções são realizadas de maneira perfeitamente constante e imutável. Existiria, portanto, uma quantidade absoluta de movimento que, para o universo, permanece constante.

Na verdade, a partir do século XVIII e por influxo do cartesianismo, verifica-se que os pensadores teólogos ou metafísicos – poetas ou filósofos – são hostilizados socialmente porque se atrevem a imaginar ou a pensar a ideia de Deus.

Por seu lado, nas páginas da obra *Óptica*, de 1704, Newton especula que seja graças a uma “virtude” ou “poder” que possibilitaria as partículas e corpos influenciarem-se mutuamente à distância.



Este clássico de Newton é dividido em três partes: a primeira tem como assunto principal o estudo da refração (principalmente em prismas) e sua relação com as cores; a segunda parte trata, principal-

mente do fenómeno das cores que podem ser observadas em corpos transparentes finos e que, contemporaneamente, denominamos fenómenos de interferência da luz; a terceira parte, enfim, apresenta um estudo sucinto sobre fenómenos de difracção da luz.



Isaak Newton.

Nas *Questões do Óptica*, a parte mais especulativa da obra, Newton aproxima-se do corpuscularismo, devendo-se isto principalmente ao facto de o cientista inglês, após tomar contacto com as obras *Experimentações e considerações a respeito das cores* de Robert Boyle e com a *Fisiologia Epicuro-Gassendo-Charltoniana* de Walter Charleton, ser levado a construir uma teoria corpuscular da luz e uma teoria atómica da matéria. Será justamente no centro das suas concepções corpusculares que Newton presumirá que as partículas são capazes de agir à distância e influenci-

arem umas às outras.

Na questão 31 da *Óptica*, (p. 274) afirma:

Não têm as pequenas partículas dos corpos certos poderes, virtudes ou forças por meio dos quais agem à distância não apenas sobre os raios de luz, reflectindo-os, refractando-os e inflectindo-os, mas também umas sobre as outras, produzindo grande parte dos fenómenos da natureza?

Diversamente, a ideia basilar do sistema metafísico leibniziano da maturidade (*A Monadologia*, p. 187) é de que, no plano ontológico fundamental, há unicamente substâncias simples de natureza espiritual. Essas substâncias simples imateriais são, segundo ele, as entidades últimas constituintes da realidade, devendo ser, portanto, os corpos, enquanto entidades ontologicamente derivadas e secundárias, de alguma maneira redutíveis a elas e delas dependentes. Os corpos são caracterizados por Leibniz como produtos da agregação de mónadas, o que significa afirmar que eles são constituídos por elas. Essa

relação de constituição não deve ser compreendida, contudo, como sendo uma relação de composição. As substâncias indivisíveis não são partes das quais o corpo seja composto, mas um requisito interno e essencial para a sua existência, pois não se pode conceber a existência do múltiplo sem a existência da unidade.

Nesta obra, publicada em 1720, Leibniz trabalhou o conceito de mónada que vem sendo hoje crescentemente estudado pela filosofia espiritualista.

Obviamente que ele não comprovou cientificamente a existência da alma segundo

a forma como assevera que a mónada é a substância simples que entra nos compostos, pois tudo o que é composto precisa ter partes e, então, haverá uma parte elementar, mais simples. Hoje a física ainda busca a partícula elementar, não a tendo encontrado.

se conhecerem a si mesmas e a Deus.

Muito do que Leibniz diz sobre as mónadas decorre logicamente do facto de que são substâncias simples. Se são simples, como vimos, não podem ter partes e, portanto, não são extensas (ter propriedades



Assim embora as mónadas fossem os “*verdadeiros Átomos da Natureza*”, não seriam elementos básicos todos iguais, pois nada é completamente igual.

Para Leibniz, as mónadas também evoluem, como todo o ser criado, o que pressupõe a existência de uma causa primeira “inteligente”, perfeita e absoluta que as faça evoluir.

As almas seriam substâncias com percepções mais distintas do que as mónadas e dotadas de memória. Todos os seres têm alma, para Leibniz, ideia hoje defendida pela filosofia espiritualista mais avançada, porém as almas humanas distinguir-se-iam pela maior capacidade de

físicas). Se não têm partes, são indestrutíveis porque, diz, a destruição envolve separação das partes. Leibniz afiança que as mónadas só podem ser criadas ou aniquiladas pela vontade de Deus.

Naturalmente, coisas compostas podem ser criadas ou destruídas natural ou artificialmente, mas as mónadas, pela sua simplicidade, não o podem. Da mesma forma, não podem ser afectadas pela acção de outra coisa, já que, ser afectado implica, em alguma medida, ter suas partes modificadas ou alteradas.

Numa frase que ficou famosa, Leibniz afirma que as mónadas “*não têm janelas pelas quais alguma coisa pode en-*

*trar ou sair*”. Assim, elas não interagem de forma alguma com outras mónadas. Cada mónada é como um mundo fechado em si mesmo.

Essa ideia de que as mónadas são fechadas parece estranha, afinal, percebemos que as coisas na natureza interagem, agem e reagem.

Outra das ideias é a de que as mónadas já contêm, em si, todo o seu desenvolvimento, todas as suas variações. As mudanças que ocorrem nas mónadas e nas suas combinações não respondem a nada externo, mas a um princípio interno a cada uma delas. Cada mónada é como um sujeito que tem em si todos os seus predicados – passados, presentes e futuros. É isso, aliás, que individualiza radicalmente cada uma das inúmeras substâncias individuais: não há duas mónadas absolutamente idênticas.

Outro vector do pensamento leibniziano é a da harmonia pré-estabelecida que se analisa segundo o qual, embora cada mónada contenha em si mesma todas as suas variações, passadas, presentes e futuras, elas não formam simplesmente um aglomerado caótico: elas variam de forma harmónica, de acordo com uma lei ou harmonia pré-estabelecida por Deus no momento da criação. Embora nenhuma mónada exerça acção sobre outra, elas funcionam em perfeita sincronia, graças a essa harmonia pré-estabelecida por Deus.

Por outro lado, as mónadas como unidades fechadas acarretam a conclusão de que devem conter em si mesmas todas as suas variações sucessivas, o que equivale a dizer que cada mónada é como algo absoluto e radicalmente individual. Não há duas mónadas iguais no universo: a ideia

de substância individual é, poi, levada ao seu cúmulo. Essa ideia está relacionada com dois princípios fundamentais para a metafísica leibniziana: os princípios de identidade e razão suficiente.

O princípio da identidade diz-nos:

Se uma coisa tem todas as suas propriedades em comum com outra, então as duas são uma e a mesma coisa. Ou, inversamente, se duas coisas não são idênticas, então deve haver alguma diferença entre elas. Enunciado assim, esse princípio é meramente formal, mas tem um alcance importante em conexão com o outro princípio: o princípio da razão suficiente – que é o maior princípio fundamental da filosofia de Leibniz.

O princípio da razão suficiente afirma que nada existe sem que haja uma razão suficiente para que seja assim como é. Assumindo que existe uma ordem harmónica pré-estabelecida por Deus, em que cada coisa tem um lugar determinado, se houvesse duas coisas absolutamente idênticas, Deus não teria razão suficiente para pôr uma num lugar e a outra noutra lugar, o que contrariaria o princípio da razão suficiente. Desta forma, duas mónadas idênticas seriam, de facto, uma e a mesma mónada, ocupando exactamente o mesmo ponto na ordem do mundo.

Cada substância individual ou mónada corresponde uma “noção completa” a qual corresponderia à concepção, na mente divina, da mónada: quando decide criar uma determinada substância individual, Deus tem, em sua men-

te, todas suas características do início ao fim que a descreve inteiramente e a distingue de todas as demais.

De um modo geral, esse princípio aproxima-se da crença popular que acredita que tudo tem um propósito e que Deus tem uma razão para fazer as coisas de certa forma, ainda que muitas vezes seja incompreensível para nós. A mónada (e a realidade como um todo), segundo o filósofo, seguiria o princípio da razão suficiente.

Portanto, para Leibniz, tudo está determinado do início ao fim, existindo uma “*noção completa do início ao fim*” que compõe toda a estrutura da realidade. Este momento, este nosso encontro, já estaria incluído desde o momento em que Deus criou as mónadas e a ordem harmônica do universo. Não apenas todas as variações de acções e escolhas individuais e suas consequências, mas todas as possibilidades da realidade e seus desdobramentos desde o início da existência até hoje e depois.

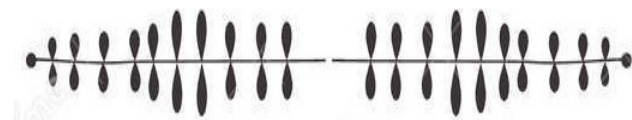
Claro que isso gera interrogações acerca do determinismo e da liberdade, pois implica que todas as nossas decisões e escolhas tenham sido individualmente planejadas desde sempre. Para Leibniz, tais problemas e discussões espelham a diferença entre a mente infinita de Deus — capaz de criar uma noção completa de cada substância individual — e a mente humana e finita, incapaz de conceber o sentido completo da existência.

Aristóteles pensava que a razão não deve proceder sem a experiência da alma e a origem da tragédia radica em suscitar o terror e a piedade, lavando à purificação desses sentimentos. Por isso a actividade

do intelecto era uma espécie de visão dos inteligíveis, análoga à dos sensíveis.

Daí que, como proclama Leibniz, o homem conhece com todo o seu ser, inexistindo pensamento sem imagens, senão em Deus. É por isso que o platónico Leibniz afirma que cada ser, cada mónada, é um ponto de vista que reflecte toda a verdade num dos seus aspectos, tão real como os outros, e que só a mónada das mónadas tem o ponto de vista absoluto, só Deus é autenticamente sábio, diferendo os seres uns dos outros *sub specie interiotatis* e sendo cada um deles todo o mundo a sós.

Com base neste princípio, é possível idealizar mundos maiores ou mundos menores, uns dentro de outros, procurando Leibniz, através do cálculo infinitesimal, encontrar a fórmula matemática de todas as ordens possíveis de quantidade, a balança sefirótica do equilíbrio universal, o próprio pensamento geométrico de Deus. Já na concepção do homem como “medida de todas as coisas, a quantidade caracteriza-se pela evanescência e, caso pretenda conferir-lhe alguma substantividade, terá de referi-la ao quadrado, ao triângulo, ao losango, às formas geométricas que, de novo, restabelecem a noção de qualidade.



Immanuel Kant denega tal *corpus teórico* por entender que o mesmo equivale a defender a cegueira física e o ensurdecimento do homem numa filosofia que olha para os dados da vista e do ouvido como factores de perturbação de uma gnose real do mundo. Visto que só a razão constrói um sistema de certezas, tudo quanto apreendemos pelos sentidos ou pelos sentimen-

tos, por mais evidente que se apresente, deve ser banido do campo da ciência e só admitido como um dado duvidoso que deve passar pela “crítica da razão pura”.

Kant parte de dois vectores: a substância e a matéria, ligando-se o conceito de substância à metafísica da natureza corpórea, na secção relativa à Dinâmica que trata da sua génese (transcendental) a partir das forças originárias de repulsão e atracção.

A *força de repulsão* enche os espaços ao infinito, assumindo-se como elástica; mas não existiria nenhuma matéria, tudo propenderia a diluir-se de modo absoluto se não fosse também admitida uma *força de atracção* contrária que, da mesma maneira, age ao infinito e que, sozinha, comprimiria a matéria num ponto infinitesimal, impossibilitando assim a existência de algo material.

Kant afirma: Posto que toda matéria dada tem de encher o seu espaço com um determinado grau de força repulsiva para constituir uma determinada coisa material, então apenas uma atracção originária em conflito com a repulsão originária pode tornar possível um grau determinado de enchimento do espaço, portanto, matéria.

No campo de acção da metafísica, a substância, adjectivada de “material”, é denominada também de matéria no sentido bem preciso de “matéria em geral”, ou seja, matéria não qualificada (enquanto química ou orgânica), pensada, portanto, apenas para dar conta da realidade da Mecânica.

A matéria deve ser perspectivada como divisível ao infinito e cada uma das suas partes (sem distinção alguma) pode ser

tomada ainda como divisível ao infinito sem nunca alcançar quer uma porção última indivisível, quer o vazio absoluto.

Kant declara que [...] *num espaço cheio de matéria, cada parte do mesmo contém força repulsiva para reagir contra todas as outras e em todas as direcções, portanto, para repeli-las bem como para ser por elas repelida, ou seja, ser impelida a manter distância delas. Consequentemente, cada parte de um espaço cheio de matéria é móvel por si mesmo, portanto, separável das partes restantes enquanto substância material por meio de divisão física.* (MAN A 43-44).

A concepção kantiana de que uma substância é, afinal, um jogo originário de forças, de que, portanto, a matéria não é simples matéria, ou de que um composto não é a soma contraditória de partes últimas tomadas como coisas em si mesmas.

Kant assegura que os corpos constam de mónadas ou substâncias simples. Elas não são átomos no sentido de pontos mortos, mas “relações” dinâmicas. Não há vazios entre duas mónadas e entre elas pode-se ponderar a existência de uma linha que pode ser dividida *ad infinitum* sem se deparar com nenhum ponto último, bem como toda a porção pode ser imaginada como um campo de relações externas, uma ponte entre acções dinâmicas, uma esfera de actividade.

Aí tem validade tanto a força de repulsão como a de atracção e o resultado desta luta é a própria existência efectiva. Cada corpo ou cada substância contém uma força de inércia específica, a qual é a soma das forças de inércia de todos os seus elementos internos e somente em virtude disso que se torna possível explicar a di-

versidade de graus da densidade da matéria.

É, pois, manifesto que Kant operou uma mudança efectiva na concepção de mónada de Leibniz, preservando, entretanto, o seu sentido originário, a saber, de ser uma força viva que dá unidade à diversidade, permitindo, com isso, uma solução dinâmica para a relação entre o finito e o infinito, a parte e o todo, a substância e o acidente.

Kant desenvolve aqui um novo modelo de

de mónada permite que se lhe depure os elementos dogmáticos especulativos sem que se destrua aquilo que a torna factível de um ponto de vista empírico.

Kant imprimiu uma determinada mudança à monadologia leibniziana. Segundo Leibniz, mónada produz 'força' visando ligar o diverso numa unidade. Leibniz serviu-se amiúde da imagem de uma quantidade infinita de raios fluindo do ponto médio do círculo para a periferia. Este modelo torna visível a génese ontológica do espaço e a diversidade de partes espaciais que

se encontram nele. Força se revela aqui como princípio do 'ponto' que desdobra em germe a diversidade espacial. Mesmo não espacial, ele é origem de formas espaciais, figuras geométricas, bem como de fenómenos corporais efectivos.

#### **IV- Teosofia: a Mónada como Princípio Inteligente**

Prosseguindo na análise da evolução do pensamento da mónada no decurso histórico, destacamos, de seguida, o momento em que a religião

estava a ser rapidamente desacreditada pelo avanço da Ciência e da Tecnologia, e que testemunhou o nascimento de uma série de escolas de ocultismo ou de pensamento alternativo, muitas delas com base conceptual pouco firme ou desenvolvendo práticas simplesmente intuitivas, que ganhavam grande número de adeptos em virtude do fracasso do Cristianismo em fornecer explicações satisfatórias para várias questões fundamentais da vida e sobre os processos do mundo natural.



mónada que se contrapõe ao atomismo de Demócrito e Epicuro, que havia assumido em *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*, retirando, como já afirmamos, os elementos puramente especulativos presentes no conceito de Leibniz: a percepção, a apetição e o recurso extra-fenomenico à harmonia pré-estabelecida.

Em todo o caso, a inspiração leibniziana ajuda de modo frutífero e duradouro a concepção kantiana da substância. A ideia



A relevância do tributo de Blavatsky foi claramente a de reafirmar o divino, mas oferecendo caminhos de diálogo com a Ciência e tentando purificar a Religião institucionalizada dos seus erros seculares, combatendo o dogmatismo e a superstição de todos os credos e incentivando a pesquisa científica, o pensamento independente e a crítica da fé cega através da razão.

Lutou contra todas as formas de intolerância e preconceito, atacou o materialismo e o cepticismo arrogante da ciência, e pregou a fraternidade universal.

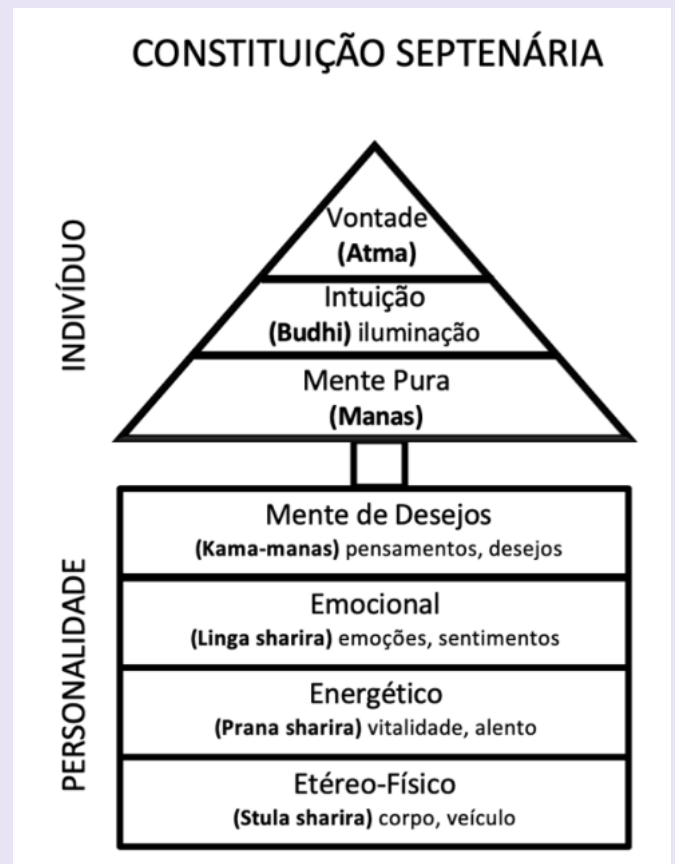
Na obra e nos ensinamentos da Sociedade Teosófica, fundada por Madame Blavatsky, sustenta-se que a alma é uma entidade composta por vários princípios, bainhas ou veículos, todos eles regidos pelos números e operando através deles com o significado e função que já descrevemos.

As obras teosóficas exprimem assim tais princípios:

- 1.- o corpo, ou *rupa*;
- 2.- *vitalidade*, ou *prana-jiva*;
- 3.- corpo astral, ou *linga-sharira*;
- 4.- alma animal, ou *kama-rupa*;
- 5.- alma humana, ou *manas*;
- 6.- alma espiritual, ou *buddhi*;
- 7.- espírito ou *atma*.

A teosofia ensina que desses sete princípios, os três últimos (*atma*, *buddhi* e *manas*),constituem a trindade superior da alma, a parte que persiste sendo os restantes quatro princípios inferiores que perecem após a partida dos superiores aquando da morte. Na ocasião da morte, os princípios superiores ou tríade, continuam a viver, enquanto os inferiores do quaternário se dissolvem e se separam, desin-

tegrando-se, num processo análogo ao da



acção química.

A teosofia ensina, assim, que existe um grande fluxo de egos, ou mónadas, que emanou de uma fonte do ser, e que segue uma jornada em espiral em torno de uma cadeia de sete globos, incluindo a Terra, denominada cadeia planetária. A onda vital das mónadas, de forma matemática e química, chega ao globo A, onde passa por uma série de vidas evolucionárias, passando seguidamente para o globo B e assim sucessivamente, até atingir o Globo G, de onde, depois de uma vida continuada, a onda vital regressa ao globo A, não em círculo, mas sim em espiral, num plano superior de actividade, iniciando novamente a ronda ou logos.

Existem sete raças em cada globo, com muitas encarnações em todas- tendo cada raça sete sub-raças e cada sub-raça sete ramos. A progressão da onda vital é ilustrada pelo símbolo de uma espiral de sete

voltas, com uma curva mais ampla em cada volta, estando cada uma destas dividida numa espiral menor de sete voltas, e por aí adiante.

Segundo a teosofia, a vida está actualmente na quarta grande ronda – a visita à Terra, e mais ou menos a meio da quinta raça dessa volta. O total de encarnações necessárias para cada ronda é bastante grande e ninguém lhes pode fugir salvo por méritos e desenvolvimentos especiais. No intervalo de cada encarnação, há um período de repouso no mundo celestial, ou *devachan*, em que a alma colhe as experiências da vida passada e se prepara para o passo seguinte, variando o período de repouso com o grau de realização atingido pela alma, sendo que quanto maior for o grau, maior será o repouso. O tempo médio entre encarnações está estimado em cerca de 1500 anos. *Devachan* será, pois, uma espécie de céu temporário de onde a alma deverá, a seu tempo, partir de novo para um renascimento, consoante os seus méritos e deméritos.

Logo, cada alma viveu em vários corpos, mesmo durante a ronda actual – tendo encarnado com sucesso como selvagem, bárbaro, um homem semicivilizado, um nativo da Índia, do Egipto, da Caldeia, de Roma, da Grécia e de muitas outras paragens, em períodos distintos, preenchendo todo o género de posições e lugares na vida, provando a pobreza e a riqueza, o prazer a dor, tudo encaminhando sempre a coisas superiores.

Os teosofistas ensinam que, no momento em que a alma deixa o corpo, ocorre um processo de fotografia psíquica em que a vida passada, em todo o pormenor, fica gravada de modo indelével na substância

interior da alma, conservando assim um registo independente do cérebro, sendo este deixado para trás no corpo físico. A tríade acima descrita prossegue para o que é conhecido como o plano de *devachan*, onde repousa, despojada das partes inferiores da sua natureza, num estado de beatitude e numa condição em que pode fazer grandes progressos através da meditação e da reflexão, estado equivalente ao purgatório dos católicos, sendo o *devachan* também apelidado pelos teosofistas como mundo celestial ou “estado ou plano dos deuses”.

No *Breviário Maçónico*, Rizzardo da Camino, discorre sobre a METEMPSICOSE como sendo teoria da reencarnação; transmigração da alma de um corpo morto para outro que nasce; o vocábulo, de origem grega, sugere que essa reencarnação seja demorada, precisamente, "tardia".

A Maçonaria, como entidade espiritualista, não se preocupa com a existência ou não da transmigração das almas.

Admite, no entanto, a existência do Oriente Eterno, para onde iriam os maçons mortos, com a finalidade de se reunirem em Lojas idênticas às da Terra e que, através da Cadeia de União, estabelecem a egrégora universal.

Talvez a mais remota manifestação da crença humana numa Entidade Superior se encontre nos cultos solares. Cedo a humanidade percebeu que o Sol era condição indispensável para a existência e manutenção da Vida, neste pequeno planeta que todos habitamos. Cedo observou que o negrume da noite era quebrado, primeiro pela luminescência da aurora, depois pela aparição do Astro-Rei, sempre a Oriente. Cedo se associou o Oriente ao ponto

cardeal de onde provém a luz. Da constatação do fenómeno físico à consideração figurada de que a LUZ nasce, vem, existe, se revela no Oriente medeou apenas um pequeno passo.

Por outro lado, são condições imprescindíveis para se ser maçom regular, para além da condição de homem livre e de bons costumes e do efectivo propósito de aperfeiçoamento, a crença no Criador e na vida

após a morte. O Grande Arquitecto do Universo, por definição e à escala humana, é Eterno. A LUZ que dele provém compartilha, naturalmente, dessa característica.

O Oriente Eterno é, assim, para os maçons o simbólico lugar de onde provém a LUZ do Grande Arquitecto do Universo, onde o que resta de nós, depois de tudo o que de nós é físico se extinguir, se reintegra.

Não existe uma concepção, uma figuração, uma imaginação comum aos maçons sobre o Oriente Eterno. Tal como é deixada a cada um a pessoal concepção do Criador, exigindo-se apenas a efectiva crença na sua existência, também as condições e formas de vida após a vida são assunto do foro íntimo e pessoal de cada um. Em função da crença individual, o Oriente Eterno pode ser associado ao Paraíso cristão, ao Reino



de Jehovah, ao Paraíso islâmico, ao Nirvana, ou àquilo em que cada um crer.

A única certeza compartilhada pelos maçons regulares é que a morte física é apenas uma passagem do que de nós é verdadeiramente essencial para outro estágio, outro plano. E que, portanto, incumbe a cada um de nós o dever de se aperfeiçoar, de se polir, de melhorar, de se capacitar em todos os aspectos, para que, chegada a hora, esteja preparado e em condições de se integrar no seu lugar nesse novo plano da existência.

Em que consiste, afinal, o Oriente Eterno, nenhum maçom o poderá, de ciência certa e segura, afirmar. Apenas que crê na sua existência e que dedica a sua vida a preparar-se para o papel que ali desempenhará. Afinal, a Luz só é plenamente visível depois de ultrapassada a cortina da morte física e superadas as limitações do nosso corpo físico...

Como proclamava Fernando Pessoa “a morte é a curva da estrada; morrer é só não ser mais visto”, quer dizer, é como se fossemos viajar para realizar um sonho, vivenciar uma nova realidade, uma viagem sem volta, mas permanecendo vivos, apenas ausentes na vida de quem fica.

Portanto, essa jornada é como um profundo sono do qual vamos acordar ao amanhecer e, ao despertar, estaremos numa outra dimensão, longe da percepção de quem fica. Devemos acreditar que estaremos com os nossos entes queridos, com quem já convivemos um dia. Assim, prosseguiremos com a nossa jornada evolutiva nessa nova fase da existência. Acreditando que a vida é cheia de encontros e reencontros, o partir é um até logo; um até breve; até à próxima estação; até à próxi-

ma paragem.

“O que é oposto à morte?... É o nascimento, pois a Vida é eterna!” afirma Sidarta Gautama, o *Buda* (563-483 a.C.).

Nenhum maçom pode vencer a morte se não polir a pedra bruta que há em si, o que passa por sepultar os estados aflitivos, os instintos egoístas, o que só consegue mediante a morte para o mundo profano seguida da ressurreição em vida, operada pelo desbastamento da pedra bruta, o aprimoramento desta mediante o afloramento, dentro de si, dos dons do espírito que estão adormecidos e sem brilho, por força do egoísmo, do orgulho, pela ambição e por incontáveis defeitos, que o levam a temer a morte sem que perceba.

Para os maçons aprenderem a aparar a pedra bruta usando o maço e o cinzel, têm de ir mais além, pois é preciso trabalhar e interiorizar o significado do VITRIOL, o que vale por dizer que essa lapidação não deve limitar-se a um gesto simbólico, mas corresponder a uma busca incessante pelo brilho da alma, brotando do seu interior o amor, o perdão, a humildade, a mansidão, a serenidade, a tolerância, a paciência, entre tantas outras virtudes que emanam de dentro de si, fazendo dele um homem polido e virtuoso.

Meus irmãos, um dia a morte vencer-nos-á.

Mas, como ensinava Jesus (*João 12, 24*), “Eu vos garanto: se o grão de trigo não cair na terra e não morre, fica sozinho. Mas se morre, produz muito fruto.” Ao ser lançado na terra, o grão de trigo tem que germinar, abrindo o caminho para a luz; para uma nova vida. Nessa concepção, devemos entender que, ao superarmos a prova

da terra, descemos ao seu interior e devemos emendar a nossa forma de ver, pensar e agir em busca da pedra filosofal, essencial à nossa própria transmutação.

Logo, para construirmos a nossa interioridade é necessário darmos bons frutos e isso implica que tem que morrer o “eu inferior”, sendo integrado e alinhado ao “Eu Superior”, queimando de vez o *Karma* (dever a ser cumprido no EU SOU), que se tornará *Dharma* (realidade).

Chegará o momento de sair da roda de *Samsara* (ignorância), pois terminará o ciclo das reencarnações, em que a jangada, após atravessar o rio, permite ao passageiro alcançar o Nirvana para os budistas, o Reino de Deus (a “Jerusalém Celeste”) para os cristãos.

Tal estado só se alcançará removendo das nossas entranhas todos os instintos egoístas, os estados aflitivos, para, então, nascer para uma nova vida, sem necessariamente ter que perdê-la; sem ter que temer o que não se conhece.

Essa disposição interior levar-nos-á a entender que não é o fim, mas, sim, o começo. Com esse exercício a Acácia florescerá onde for plantada e viverá numa profunda e eterna paz, dando muitos frutos.

Assim como nascemos, todos morreremos e, na Maçonaria, é imperioso entender que a vida é um processo contínuo de morte que, a cada dia que passa na nossa vida, morremos um pouco e, com essa consciência, não devemos temê-la.

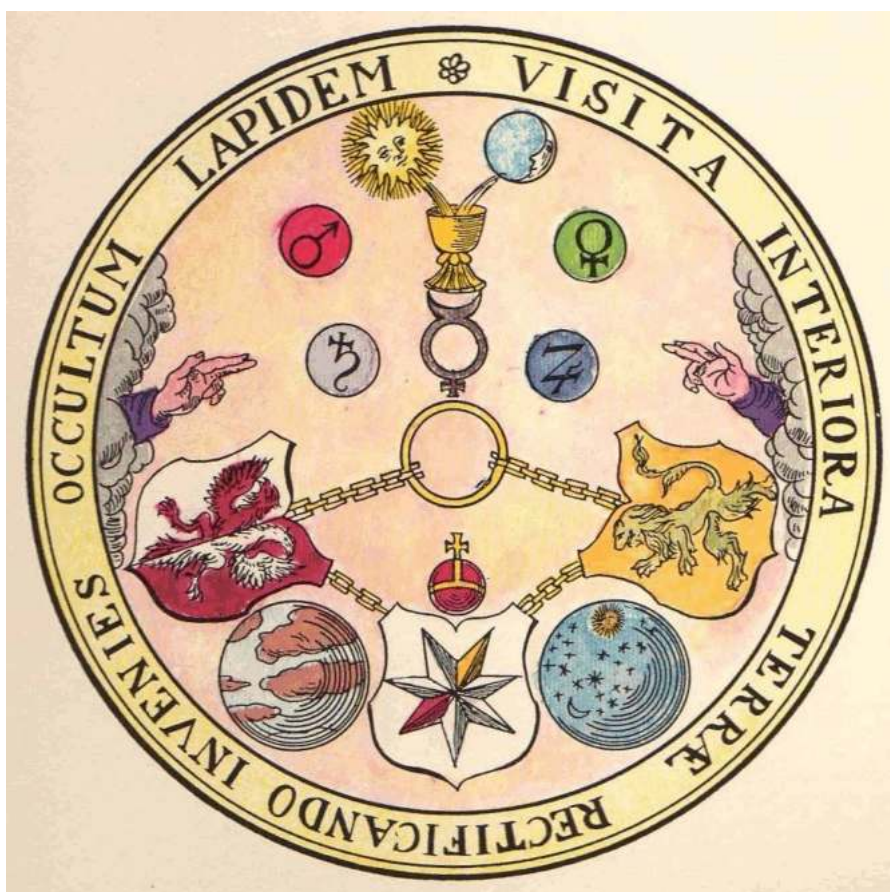
Com essa compreensão do processo iniciático, ficaremos desapossados do medo da morte e compreen-

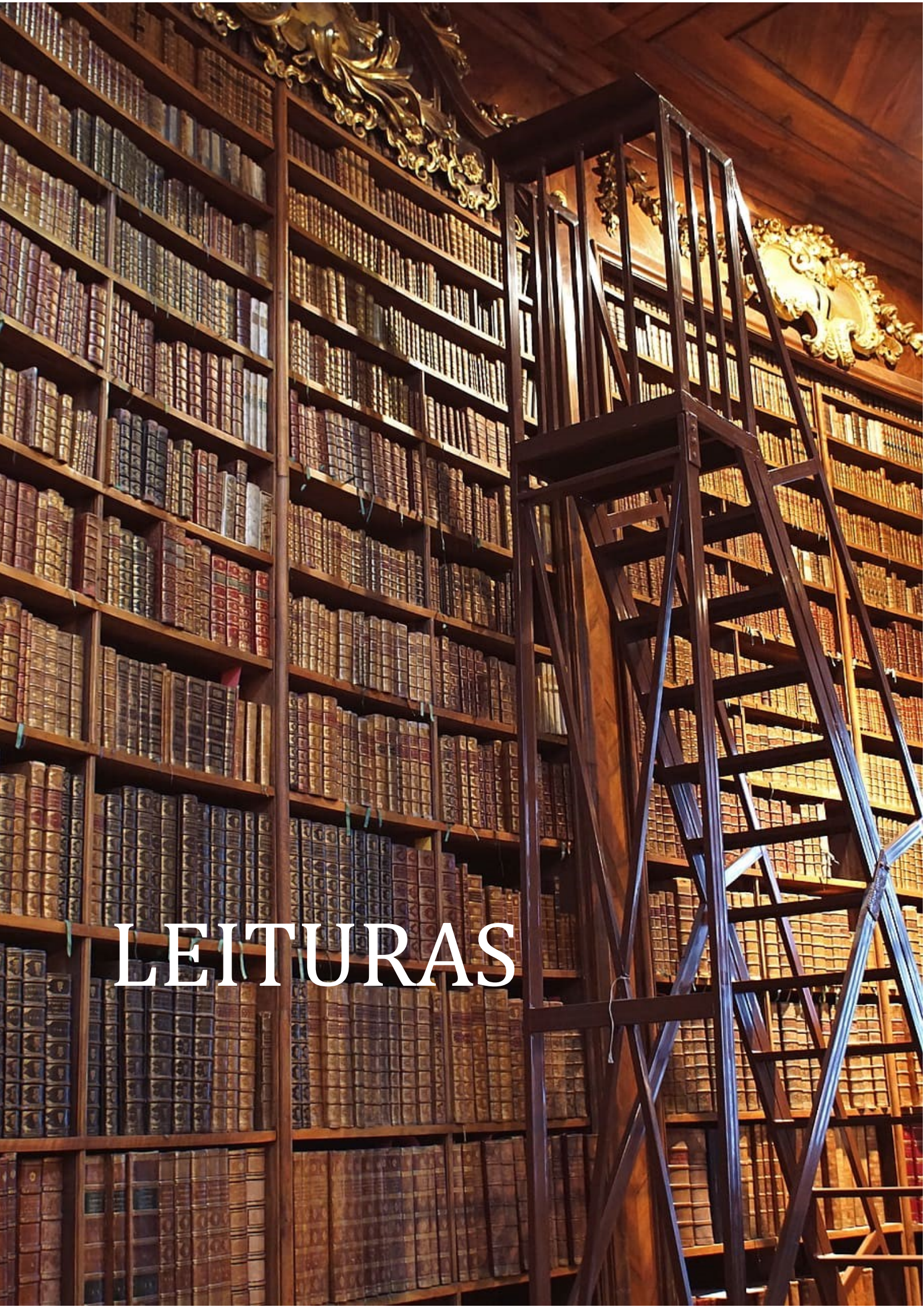
deremos melhor a oração de Francisco de Assis, que diz “... é morrendo que se vive para a vida eterna”.

Essa percepção apenas ficará completa quando abirmos os olhos e compreendermos o verdadeiro significado do “FIAT LUX” e de que a “LUZ É DADA DEPOIS DA MORTE!”.

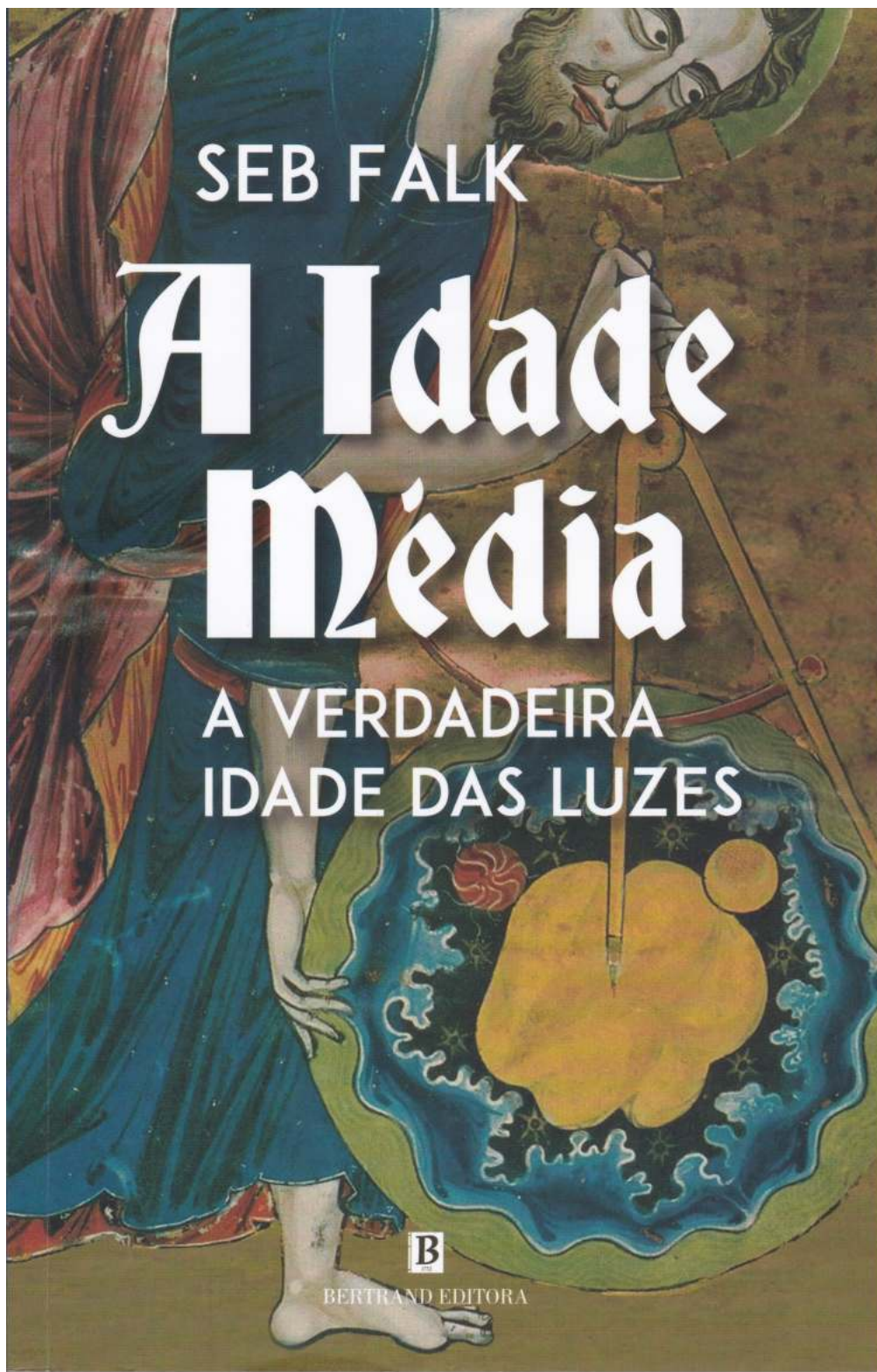
Porque a Luz é recompensa.

*Anônimo*



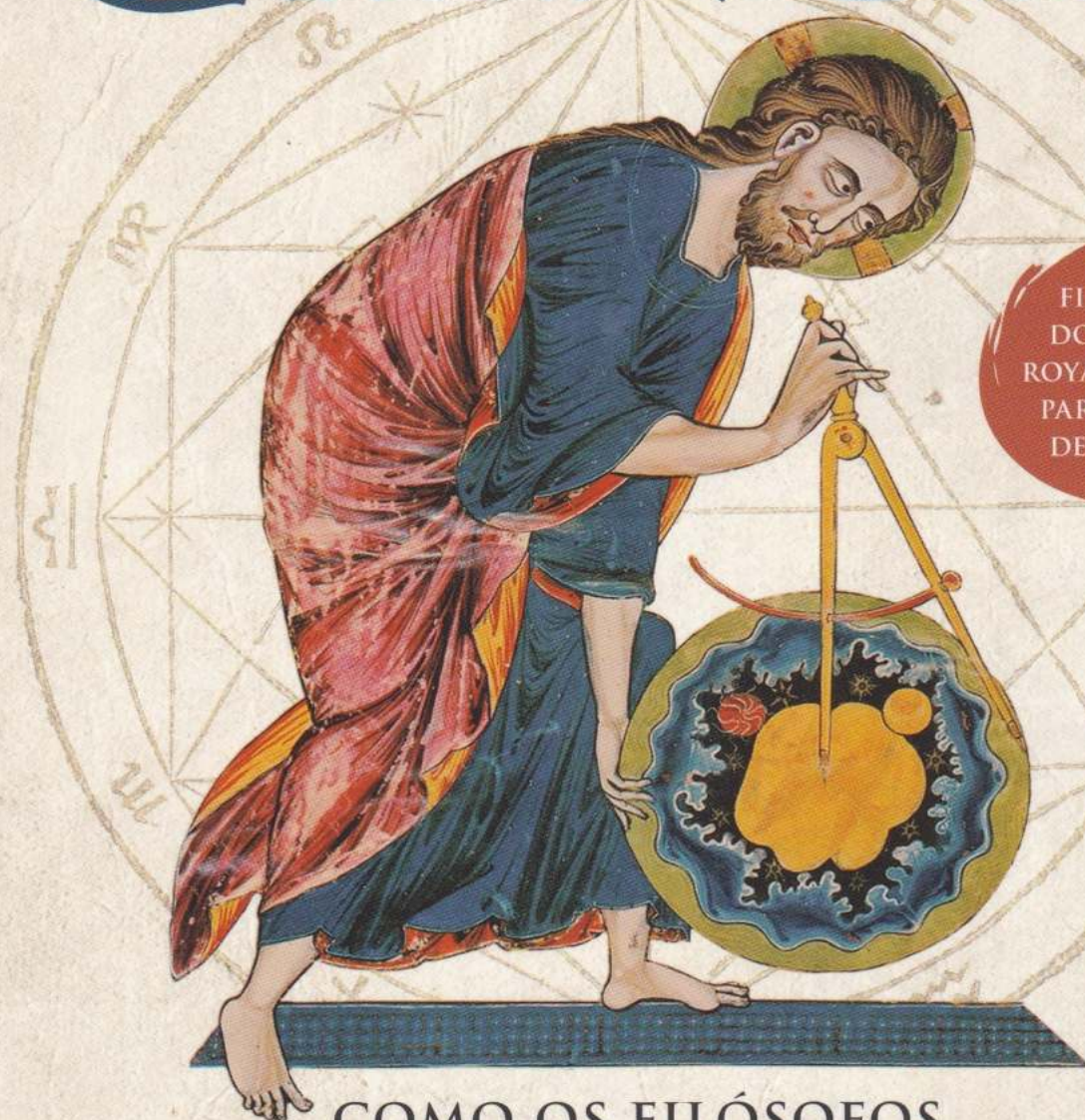


# LEITURAS



Quando pensamos na Idade Média, vêm-nos à mente catedrais imponentes, cruzadas sangrentas e a peste negra. Contudo, a chamada Idade das Trevas dotou-nos das primeiras universidades, de óculos e de relógios mecânicos. Durante esse período desenvolveu-se uma vibrante cultura científica, nascida da tentativa dos pensadores medievais de compreenderem a realidade. John de Westwyk mostra-nos uma Idade Média de cores vibrantes. Eis uma História da Idade Média que derruba o mito da Idade das Trevas.

JAMES HANNAM  
A ORIGEM  
DA  
CIÊNCIA



FINALISTA  
DO PRÊMIO  
ROYAL SOCIETY  
PARA LIVROS  
DE CIÊNCIA

COMO OS FILÓSOFOS  
DO MUNDO MEDIEVAL LANÇARAM  
OS FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA MODERNA



*The Foundations of*  
**MODERN**  
**FREEMASONRY**



**The Grand Architects**

Political Change and the Scientific Enlightenment,  
1714–1740

**RIC BERMAN**

PRACTICE AND PROCEDURE  
FOR THE  
SCOTTISH RITE



HENRY C. CLAUSEN, 33<sup>o</sup>  
*Sovereign Grand Commander*

# *Festas Felizes*

